

Tatiana da Costa Sena

*O consumo de louças estrangeiras e produção artesanal de louça vidrada em
Vila Rica (1808-1822)*

Monografia de Bacharelado

Departamento de História
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, 2007.

Tatiana da Costa Sena

O consumo de louças estrangeiras e produção artesanal de louça vidrada em Vila Rica (1808-1822)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio

Departamento de História
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, 2007.

À minha querida mamãe,
por onde tudo começou.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pelo conforto e esperança sempre depositados em ti. Agradeço de coração a minha família querida, à minha mãe e meus irmãos pelo estímulo e dedicação em todos os momentos. Aos meus primos Bia e Ari pelo apoio e ajuda imprescindível durante o todo o percurso do curso.

Sou grata aos amigos da turma, com os quais vivi alguns dos mais felizes anos de minha caminhada. Em especial, às amigas Simone e Joelma, pelas longas conversas, discussões e também pelas preciosas contribuições com minha pesquisa. Ao grupo de pesquisa da Cantaria, em especial ao professor Carlos Alberto, pelo seu entusiasmo com os estudos históricos e por sua sensibilidade em zelar pelo nosso patrimônio histórico. À amiga do grupo de cantaria e dos trabalhos de arqueologia, Denise, pela sua capacidade de tornar claro o que eu teimava em complicar.

Agradeço ao meu orientador, que em meio a sua apertada agenda me dispensou orientação e estímulo, principalmente na reta final da pesquisa. À arqueóloga Alenice, por ter acreditado no meu trabalho, confiando a mim a pesquisa sobre a cerâmica Saramenha. Agradeço também suas dicas e empréstimo de livros. Não poderia deixar de mencionar meus sinceros agradecimentos ao professor Álvaro Antunes, pelo incentivo constante, pelas indicações de leitura e discussões sobre o tema.

Meus eternos agradecimentos ao Rô, pelo cuidado e carinho, pelo apoio e dedicação em todos os momentos. Por me ajudar a manter o equilíbrio nas horas que mais precisei, enfim, obrigada por tornar meus dias mais felizes.

Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo avaliadores os seguintes professores:

Prof. Renato Pinto Venâncio
Orientador

Prof.^a Alenice Baeta Mota

Prof. Álvaro de Araújo Antunes

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História

Parecer

A Comissão Avaliadora, composta pelos professores **Dr Renato Pinto Venâncio, Dr.ªAlenice baeta Mota, Dr. Álvaro de Araújo Antunes**, da Monografia de Bacharelado de **Tatiana da Costa Sena**, intitulada “**O consumo de louças estrangeiras e produção artesanal de louça vidrada em Vila Rica (1808-1822).**”, reunida no dia ___ / ___ / 2007, às _____ horas, no ICHS, resolveu conferir ao trabalho a nota _____ (_____), à luz do seguinte parecer: “

_____”.

Resumo

Esta monografia de Bacharelado em História tem como principal objetivo investigar a trajetória da *fábrica* de Cerâmica Saramenha, existente nas Minas oitocentistas. A *fábrica* de Cerâmica destinada a produzir artigos domésticos e de higiene para uso cotidiano, ficou conhecida na historiografia como fábrica de Cerâmica Saramenha por ter sido instalada na região de mesmo nome. Pretendemos verificar também, através de inventários *post-mortem*, o consumo de louças estrangeiras, relacionando-as com a louça vidrada produzida em Saramenha. Para a referida análise utilizamos documentos escritos e vestígios arqueológicos coletados em unidades domésticas da região. O que nos encaminhou para uma investigação da sociedade sob o olhar da cultura material. Assim empregamos referenciais teóricos tanto da Arqueologia Histórica quanto da Historiografia.

Abstract

This Baccalaureate Final Paper in History, has as main objective to investigate the trajectory of manufactures Saramenha the Ceramics, existing in the oitocentistas Minas. The plant of destined Ceramics to produce domestic articles and of we use written documents and collected archaeological vestiges in hygiene for daily use, was known in the historiografia as maufactures Saramenha Ceramics for to have been installed in the region of same name. We intend to also verify, through *inventário post-mortem*, the foreign ware consumption, relating them with the produced vidrada ware in Saramenha. For the related one it analyzes domestic units of the region. What in it directed them for an inquiry of the society under the look of the material culture. Thus we use theoretical referenciais in such a way of the Historical Archaeology how much of the Historiografia.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 – Uma breve noção de Cultura Material	17
Capítulo 2 – A louça Bárbara Mineira	40
Capítulo 3 – As louças estrangeiras nos inventários post-mortem	66
Considerações Finais	79
Referências bibliográficas	81
Anexos	89

Abreviaturas

AHCP - Arquivo Histórico casa do Pilar

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

APM – Arquivo Público Mineiro

RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro

Introdução

A cotidianidade são os fatos miúdos que quase não deixam marca no tempo e no espaço. Quanto mais se encurta o espaço da observação, mais aumentam as oportunidades de nos encontrarmos no próprio terreno da vida material.”¹

Em meados do século XVIII o consumo de porcelana tornou-se uma epidemia entre as classes altas européias (LIMA, 1999). Foi essa epidemia que levou ao surgimento da faiança fina na segunda metade daquele século, como um esforço dos oleiros ingleses para torná-la comparável à porcelana do Oriente. (BRANCANTE, 1981).

No começo do século XIX, o Brasil torna-se um novo mercado para os produtos industrializados europeus. Em decorrência da vinda da família Real - fato que leva a abertura dos portos brasileiros -, aportou-se na baía de Guanabara navios e navios abarrotados de produtos ingleses. Artigos que irão ser distribuídos por todo território nacional. Em meio a esse contexto, em Vila Rica, no início do século XIX, surge uma “fábrica” de Cerâmica destinada a produzir artigos domésticos e de higiene para uso cotidiano, conhecida pela historiografia como fábrica de Cerâmica Saramenha.

No último quartel do século XVIII presencia-se uma queda nas atividades de mineração. Na Comarca de Vila Rica assistimos o surgimento de diversas atividades econômicas. Dentre elas a atividade agropastoril e o desenvolvimento de manufatura , com destaque para as de tecido e de

¹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e Capitalismo: Séc. XV-XVIII – As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v.1. P. 17

mineração. Mas não podemos deixar de considerar que, como a muito vem sendo revisado pela historiografia, ocorria o convívio de diversas atividades econômicas com a atividade mineratória. O que presenciamos com a decadência da mineração é a intensificação de outras atividades em outros setores.

Considerando essa conjuntura e o fato de Vila Rica ser a capital da Província, sendo um importante entreposto comercial dos produtos que chegavam do Rio de Janeiro, verificamos, através de inventários *post-mortem*, o consumo de louças estrangeiras, relacionando-as com a louça vidrada de Saramenha, produzida localmente. Essa fábrica de Cerâmica se localizava na região de Saramenha, distrito rural a três léguas de Vila Rica. A produção dessa cerâmica era feita com emprego de técnicas consideradas rudimentares na Europa, tendo em vista o processo de Revolução Industrial por qual a Europa passava. A cerâmica era feita com emprego de argila e revestida com uma espessa camada de verniz. A fábrica de saramenha foi alvo de comentários de naturalistas estrangeiros que circularam pelas Minas nas primeiras décadas do século XIX, como Saint-Hilaire, Mawe e Burton. Não sabemos ao certo a data de sua fundação, mas pelos relatos de viajante supomos ser por volta de 1808. Nesse mesmo ano D. João VI revoga o Alvará de 1785, através do qual era proibido instalar manufaturas na colônia. Estabelecemos como marco cronológico final de nossa pesquisa o ano de 1822.

Enfim, atentando para o contexto social e econômico, bem como para as características peculiares da região e do momento estudado para a Comarca de Vila Rica, centraremos nossa atenção no processo de atuação da Fábrica de Cerâmica Saramenha, “o primeiro estabelecimento de produtos industriais” (SAINT-HILAIRE, 1975) que se fundou entre os mineiros, digno de rivalizar com as louças européias. Também procuramos estudar a relação da produção local com as louças estrangeiras encontradas na documentação pesquisada. De acordo com nossa hipótese de pesquisa, a produção de louça não se beneficiou - como no caso da produção de tecidos - da distância dos portos marítimos e da existência de péssimas estradas da época. Em outras palavras, em relação a esse item de consumo, a concorrência inglesa teve um papel inibidor da atividade produtiva.

Pretende-se verificar o que representava, no conjunto total dos bens, o consumo de louças e porcelanas, importadas e de produção local. Através dos inventários, analisaremos se a presença destes itens é fator de distinção social. Outro ponto observado é a raridade das louças vidradas de barro, geralmente fabricadas localmente, mas, ao que tudo indica, destituídas de valor comercial e por isso não arrolada junto com outros bens, como os metais e a madeira nobre, sempre presentes nos inventários.

Esta pesquisa se justifica pela busca de conhecermos o processo de instalação de uma fábrica destinada a produzir utensílios para o uso das mais banais práticas cotidianas. Há vários trabalhos que enfocam as manufaturas de

tecido e de mineração no contexto escravista mineiro do século XIX, mas, nos aspectos ligados à referida indústria artesanal, existem muitas lacunas que confundem historiadores e arqueólogos preocupados em estudar a sociedade a partir do seu cotidiano material.

Tendo em vista o interesse da historiografia brasileira por estudos que privilegiam o uso de vestígios materiais e escritos, ainda faltam estudos revelando a profícua relação entre os estudos históricos e arqueológicos. Estudos estes que privilegiem a cultura material como veículo de entendimento do nosso passado histórico, cujo conhecimento muitas vezes não conseguimos obter através das fontes documentais. Dessa forma, para possibilitar nosso entendimento sobre essa peculiar cerâmica produzida nas Minas, no que diz respeito à técnica usada no seu fabrico, recorreremos também à análise de artefatos, da mesma sociedade, encontrados em escavações arqueológicas ocorridas em unidades domésticas da região². O entrelaçamento entre fontes escritas e materiais tem permitido a reconstrução de aspectos da realidade mais próximos da vida cotidiana e a desmistificação da visão de mundo erigida a partir da documentação oficial. Através de fontes diversas abrem-se caminhos para apreensão de aspectos de uma realidade

² BAETA, Alenice; SEABRA, Maria Cristina; CAMARGO, Pablo & FAGUNDES, Sérgio. Arqueologia em um casarão oitocentista da Antiga Vila do Príncipe-Serro, MG In: *Atas do XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB*, Rio de Janeiro, Setembro de 1991. BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique & SOUZA, Arthur Evidenciação e Resgate do Patrimônio Arqueológico remanescente na área de entorno do imóvel identificado como “Capela de Santo Antônio”, Mariana, MG. In: *Atas do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira-SAB*, Campo Grande, 2005. BAETA, Alenice (Coord) *Resgate do Patrimônio Arqueológico remanescente do quintal do imóvel identificado como Casa Setecentista, município de Mariana*-. Escritório Técnico II – IPHAN/Programa Monumentos Novelis, Mariana, 2006

social. A metodologia utilizada terá por base o cruzamento dessas fontes.

Faremos a devida análise correlacionando todos os dados obtidos.

Capítulo 1

Uma breve noção de cultura material

A partir da segunda metade do século XIX, a História, como diversos campos do saber dentro das ciências humanas, passa por profundas modificações, refletindo um processo de ruptura epistemológica: “essa ruptura acompanha a revolução industrial, e a formação definitiva dos estados da Europa atual, aos quais dará enquadramento ideológico e científico de que as burguesias nacionais e o mundo necessitam”.³ Superando a tradição positivista de considerar os grandes feitos e os grandes homens, e de privilegiar as fontes oficiais, a história nas primeiras décadas do século XX se faz valer do seu amadurecimento vindo do século anterior. Assim fez uso de novas abordagens em detrimento da limitação do documento.

A Nova História contribuiu para o alargamento das fontes históricas, sugerindo um leque de possibilidades. Com sua pretensão de fazer uma história total, considera que tudo é história, privilegiando vários aspectos em relação ao homem, bem como sua produção, seus objetos deixados. É nesse aspecto que podemos considerar a interação da história com a cultura material. Fontes até então inexploradas pelos historiadores, como os objetos materiais, passaram a contribuir para a pesquisa histórica. Os historiadores vão buscar nos objetos o que eles podem revelar da vida social dos grupos humanos. Le Goff, em seu texto clássico *Documento / Monumento*,⁴ ressalta que, no século XX, a noção de documento se alarga consideravelmente, passando a compreender tudo aquilo que atesta e exprime a presença do homem.

³ BUCAILLE; PESEZ, 1989. P. 13.

⁴ LE GOFF, Jacques. “Documento / Monumento”. In: ROMMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa oficial/ Casa da Moeda, 1984, v.1, Memória / História.

Abordar uma sociedade em termos de sua cultura material (aqui os historiadores mantêm uma estreita relação com a Arqueologia e a Antropologia), significa estudar o que esta sociedade tem de repetitivo, de cotidiano.⁵ A cultura material está atrelada à produção e consumo de bens.

A noção de cultura material foi se formando ao longo da segunda metade do século XIX, com influência das diversas correntes de pensamento (estudos da pré-história, evolucionismo e diversas correntes antropológicas). Só recentemente a história tem se interessado pelo estudo da cultura material. Devemos lembrar também das contribuições do marxismo, que, através do materialismo histórico, possibilitou a elaboração de uma história das condições materiais das sociedades. Isso se deveu, como já citado, à interdisciplinaridade entre a história e a antropologia. Portanto “*a cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e as quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura*”⁶.

O conceito de ‘cultura material’ é complexo, pois tal termo não possui uma definição rigorosa. Podemos dizer que a cultura material é um campo do saber privilegiado dentro das ciências humanas, que precisa ser mais revisitado. Os arqueólogos, que há muito fazem uso do conceito de cultura material, a definem como *ciência dos artefatos*. Mas, a cultura material abrange desde os meios de produção, passando pelas forças produtivas

⁵ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e Capitalismo: Séc. XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3v. P. 10

⁶ PESEZ, 2001. P. 180.

(instrumentos de trabalho), até chegar aos produtos materiais obtidos desses meios e por essas forças. A “[...] a noção de cultura material continua a ser, de fato, imprecisa e simultaneamente a estar longe da ilusão de transparência”.⁷

De acordo com Bittencourt, a cultura material é uma disciplina por excelência dos museus. Sua noção não se restringe apenas aos objetos soltos, mas abrange todas as produções humanas.

“Segundo os anglo-saxões, bastante adiantados nessa discussão, cultura material é um termo [...] usado significando artefatos construídos por seres humanos através de uma combinação entre matérias brutas e tecnologia, e que, para fins práticos, podem ser distinguidos das estruturas fixas por sua mobilidade”.⁸

Os estudos da cultura material avançaram e foram dignos de ampla análise nos países de língua inglesa e nos países da extinta URSS. Na Polônia e na Rússia, desde o começo do século XX, foram instituídas Academias que se dedicavam ao estudo da história da cultura material, “[...] sobretudo os socialistas de todas as tendências os primeiros a conceberem a noção de cultura material”.⁹

A cultura material fornece documentos para diversas interpretações, principalmente no que diz respeito ao cotidiano e à cultura das massas. Renata Garraffoni¹⁰, estudando o cotidiano dos homens pobres na Roma Antiga,

⁷ BUCAILLE; PESEZ, 1989. P. 11.

⁸ PEARCE apud BITTENCOURT, p. 1.

⁹ PESEZ, 2001. P. 187.

¹⁰ GARRAFFONI, 2001 p.41.

ressalta que através dos elementos da cultura material - como grafites, cerâmicas, inscrições tumulares e pinturas e mais outros vestígios - podemos encontrar riquíssimas informações sobre o universo dos homens pobres. Geralmente, os homens pobres dados, muitas vezes, não são encontrados nas fontes escritas da época.

A cultura material, principalmente através da documentação arqueológica, há muito vem contribuindo para se contrapor ao caráter elitista das fontes documentais de áreas que só produziram documentos escritos - muitas vezes só fornecendo dados relativos à aristocracia. A cultura material, de certa forma, tende a democratizar o passado e oferecer vozes aos excluídos da história. Também não podemos pensar que, através da cultura material, estaríamos apenas comprovando o que está nas fontes escritas. Tanto a história, quanto a arqueologia devem ser tratadas com autonomia, considerando as especificidades de cada uma. Mesmo sabendo que a fonte escrita fornece certa estabilidade à pesquisa histórica, os artefatos merecem uma atenção especial, pois têm muito a nos revelar também.

Apesar de os estudos que privilegiam a cultura material serem desenvolvidos há pouco tempo no meio acadêmico brasileiro, principalmente devido à influência da arqueologia e da antropologia, eles têm muito a revelar. De fato, tal perspectiva está presente na historiografia brasileira desde os trabalhos de eruditos do final do século XIX e início do século XX, como, por exemplo, em obras de Capistrano de Abreu, Alcântara Machado, Gilberto

Freire e Sérgio Buarque de Holanda. Esses autores, escrevendo em momento da formação de uma historiografia brasileira estavam preocupados em fazer uma história do Brasil em todos os sentidos, sob o ponto de vista econômico, social e religioso. Através da cultura e da vida material do povo brasileiro, eles procuraram estudar seu processo de constituição.

Capistrano de Abreu, em sua obra *Capítulos de História Colonial* (1907), concebe a formação do Brasil sob o impacto da cultura material. Relata uma cultura material alicerçada igualmente pela pluralidade étnica dos habitantes da Terra Brasilis, ou seja, formada por tradições de brancos portugueses, indígenas e negros escravos, as “três raças irredutíveis”. Dessa forma, a cultura material indígena foi fundamental para a sobrevivência dos europeus e africanos: “homens capazes para penetrar todos os sertões” durante anos a fio, não tendo senão outro sustento senão caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus”; ou ainda homens capazes de se sustentar com “um punhado de farinha e um pedaço de cobra, quando há.”¹¹

No livro *Vida e morte do Bandeirante* (1929), Alcântara Machado privilegia a cultura material do homem paulista. Através da leitura minuciosa dos inventários post-mortem e testamentos, reunidos e publicados pelo governo do Estado, Alcântara Machado escreve sobre a vida material do bandeirante, não sob seu viés heróico, mas nos atos cotidianos. De acordo com esse autor, *os hábitos se pautam pelas necessidades cotidianas*. O resultado é

¹¹ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 1907. P. 72

surpreendente para época. Desmistificando a idéia de uma capitania opulenta, o autor expõe a pobreza de São Paulo, descortinada nos bens arrolados nos testamentos e inventários, revelando a rudeza nos hábitos, a parcimônia dos paulistas, com utensílios em sua maioria de barro e de estanho. As vestimentas quase não aparecem e as casas são singelas, geralmente térreas e de pau a pique.

Em sua obra célebre *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda nos presenteia com estudo minucioso sobre as práticas e técnicas da vida cotidiana dos paulistas nos tempos coloniais. Segundo Laura de Mello e Souza, em artigo sobre a historiografia da cultura no Brasil Colônia, afirma que:

“o objeto de (...) *Caminhos e Fronteiras* é a história dos paulistas antigos: populações mamelucas que viviam em a cavaleiro de duas culturas equilibrando-se na tensão entre mobilidade - o caminho, a penetração fluvial (monção) - e sedentarização - a fronteira, onde tradições de natureza diversa se combinavam, produzindo técnicas, costumes, atitudes, artefatos.”¹²

Caminhos e Fronteiras mostra que foi nos aspectos da vida material que o colono e seu descendente imediato se mostraram muito mais sensível às manifestações divergentes a tradição européia, mantendo, sempre que possível, o legado ancestral no tocante à vida familiar e social¹³.

¹² SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2.ed. - São Paulo: Contexto, 1998.P. 24.

¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3 .ed. São Paulo; Companhia das Letras, 1994. P.12

No mundo material, encontramos um importante sistema de significação, e os significados da cultura material não são fixos, mas peculiares a um tempo e lugar. Conseqüentemente “*se partirmos do princípio de que os objetos produzidos e utilizados pelos homens são ativos, dinâmicos, portadores e geradores de significados, encontraremos por meio de sua análise, uma linha alternativa para estudar as pessoas e seu mundo social.*”¹⁴

1.1 - Arqueologia Histórica e os estudos de cultura material

Antes de adentrarmos nas considerações sobre a arqueologia histórica, torna-se necessário uma sucinta exposição da trajetória dos estudos arqueológicos no Brasil.

A Arqueologia no Brasil

A Arqueologia brasileira tem início com as pesquisa desenvolvidas pelo naturalista dinamarquês Peter Wilhem Lund, na década de 1840, nas cavernas localizadas no município de Lagoa Santa, Minas Gerais. Nessa região ele encontrou vestígios fósseis, resto da megafauna e ossos humanos. Esse material lhe permitiu elaborar hipóteses sobre a antiguidade do homem

¹⁴ SENATORE, Maria Ximena. ZARANKIN, Andrés. Leituras da Sociedade Moderna: Cultura Material, Discursos e Práticas. In: SENATORE, Maria Ximena. ZARANKIN, Andrés (orgs.) Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Material, Discursos e Práticas. Buenos Aires:Ediciones Del Tridente (Coleção Científica), 2002. P.9

americano. Segundo Lucio Ferreira¹⁵, durante o século XIX, várias instituições ligada ao Estado praticaram a Arqueologia, dentre elas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Museu Nacional, o Museu Goeldi, e, no início do século XX, o Museu Paulista.

Já o arqueólogo franco-brasileiro André Proust¹⁶ divide a trajetória da Arqueologia no Brasil em quatro períodos. Sendo o *início da arqueologia* brasileira de 1870-1910, marcada pela discussão sobre a origem natural ou artificial dos sambaquis. Essa evolução é seguida pelo *período intermediário*, entre 1910-1950. Em 1934 nasce o primeiro manual de arqueologia brasileira, escrito por Angione Costa.

No terceiro, que é o *período formativo da arqueologia moderna*, 1950-1965, é destacado a atuação de amadores, como Guilherme Tibutius e H. Walter. Também assistimos neste período a criação de instituições oficiais, com a colaboração de profissionais estrangeiros, como o Instituto de Pré-História sediado na USP, criado por Paulo Duarte, com ajuda do francês Paul Rivet, diretor do Museu do Homem, de Paris. Assim, a partir da segunda metade do século XX, missões estrangeiras, francesa e americana, influenciaram consideravelmente a Arqueologia Brasileira. Os americanos Clifford Evans e Betty Meggers em:

¹⁵ FERREIRA, L. M. Um bando de Idéias Novas na Arqueologia (1870-1877). In: Ver. Do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, II: 21-23, 2001.

¹⁶ PROUSS, André. História da pesquisa e da Bibliografia Arqueológica Brasileira *apud* SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. A teoria arqueológica no cenário brasileiro. In: A Arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena. São Paulo: Amablume: Fapesp, 2003. p. 50-51.

1949-1956 realizaram os primeiros trabalhos sistemáticos no Pará, procurando caracterizar as culturas da Floresta Amazônica (...). Em 1954-1956, os franceses Joseph Emperaire e Annette Laming-Emperaire estudaram os sambaquis do Paraná e de São Paulo (...). Durante vários decênios, as publicações dos Evans e dos Emperaire foram as principais referências para a arqueologia litorânea e amazônica”¹⁷.

Em 1961, Paulo Duarte consegue a aprovação da primeira lei federal de proteção ao patrimônio arqueológico; lei 3.924, o que proporciona à Arqueologia entrar numa fase de dinamismo, atuando em diversos projetos pelo país, inclusive de Arqueologia Histórica. Até esta época, como o é atualmente, a maioria dos trabalhos era de Arqueologia Pré-Histórica. Mais a frente se analisará o campo de atuação da Arqueologia Histórica.

O quarto e último período, demarcado por Prous, é o da *pesquisa recente no Brasil* entre 1965-1980, também marcado pela vigência do regime militar, com destaque para criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, comandado por norte-americanos e com o apoio dos militares:

“Coordenado pelos Evans, foi montado um ambicioso programa que reunia 11 arqueólogos de oito estados: o PRONAPA (1965/1970), destinado a fornecer uma primeira visão sintética da Pré-História dos estados costeiros brasileiros a partir de uma pesquisa integrada graças à utilização de uma metodologia única e de uma mesma perspectiva teórica.”¹⁸

Funari também tece algumas críticas quanto aos modelos empregados pela escola americana, destacando que, durante os anos de “1965 a 1971,

¹⁷ PROUSS, André. Arqueologia, Pré-História e História. In: TENÓRIO, M. C. (org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 28.

¹⁸ ROUS, André. P. 31

*Clifford Evans e Betty Meggers treinaram alguns brasileiros em uma prática de campo defasada, sem nenhuma preocupação interpretativa, deixando de lado qualquer pretensão universitária.”*¹⁹

A Arqueologia passa por restrições durante a ditadura, tendo cortes de verba e tem até alguns de seus profissionais cassados e perseguidos, como ocorreu com Paulo Duarte, que defendia a liberdade acadêmica e lutava por uma arqueologia humanista.

Com o estabelecimento das liberdades civis, a Arqueologia volta a renascer, principalmente no âmbito das universidades, como uma atividade de pós-graduação, ligada aos programas de história ou de antropologia, passando a se tornar mais científica.

Atualmente, os arqueólogos no Brasil atuam em duas grandes áreas, a Pré-História e a Arqueologia Histórica. Cada vez mais esses profissionais vêm amadurecendo suas reflexões, buscando certa autonomia frente às abordagens teóricas sob influência das correntes estrangeiras.

A Arqueologia brasileira, nos dias atuais, de certo modo segue os passos de uma arqueologia mundial, preocupada em tomar consciência de seu status de ciência e procurando traçar suas principais influências teóricas e compreender suas complexas configurações nacionais.²⁰

¹⁹ FUNARI, Pedro P. A. Arqueologia. São Paulo: Àtica, 1988. (Série Princípios). p. 26.

²⁰ SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. A teoria arqueológica no cenário brasileiro. In: *A Arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. São Paulo: Amablume: Fapesp, 2003. p. 58

Estudos de Arqueologia Histórica no Brasil

A Arqueologia Histórica, em terras americanas, tem sido definida como o estudo da formação do Mundo Moderno que se inicia com a expansão européia e coincide com a consolidação do sistema capitalista e de uma nova ordem social²¹ O termo Arqueologia Histórica teria sido empregado primeiramente na América do Norte pra referir-se aos estudos do período moderno, e, em particular referente às Américas. Contudo a arqueologia histórica, “*como estudo das sociedades com escrita incorpora tanto a disciplina homônima norte-americana, como as diversas disciplinas que lidam com sociedades com documentação escrita.*”²² Neste contexto, a Arqueologia Histórica delimitou-se, como um campo de atuação específico na década de 1970, nos Estados Unidos. Porém foi durante a década de 1990 que, consideravelmente, ela se expandiu pela América Latina.

“A Arqueologia Histórica desenvolveu-se de maneira muito desigual, nos diferentes países da América do Sul. Como essa disciplina, tradicionalmente, centrou sua atenção nos restos europeus, não surpreende que tenha se desenvolvido naqueles países cujas identidades nacionais estejam mais diretamente ligadas à Europa, como é o caso da Argentina, Uruguai e Brasil.”²³

²¹ SENATORE, Maria Ximena. ZARANKIN, Andrés. Leituras da Sociedade Moderna: Cultura Material, Discursos e Práticas. In: SENATORE, Maria Ximena. ZARANKIN, Andrés (orgs.) *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Material, Discursos e Práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente (Coleção Científica), 2002. P.6

²² FUNARI, Pedro Paulo A. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. In: SENATORE, Maria Ximena. ZARANKIN, Andrés (orgs.) *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Material, Discursos e Práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente (Coleção Científica), 2002. P 107

²³ FUNARI, Pedro Paulo A. Algumas contribuições do estudo da cultura material para a discussão da história da colonização da América do Sul. *Tempos Históricos*, Cascavel, 1. 1999. P. 12

A arqueologia histórica nas Américas é identificada à Arqueologia do Capitalismo, e justamente o colonialismo europeu aqui é que demarca o campo operacional da Arqueologia Histórica. Assim é incumbida de dar conta dos processos desencadeados pelo capitalismo através do viés da cultura material. Sua maior atenção se dirige aos aspectos materiais do passado, e o modo em que são usados para manter e criar vida em todas suas manifestações. Para alguns profissionais, a Arqueologia Histórica se inscreve no campo da História, estudando em particular documentos provenientes dos sítios e dos documentos dos arquivos. Esta perspectiva procura responder questões como: quando o sítio foi construído, para que e por quem foi ocupado e quanto tempo continuou em uso. Já para outros, ela se insere no campo da Antropologia, sendo concebida como um meio de compreensão de processos e tradições que operam em sociedades e culturas. Enfim a Arqueologia Histórica é um amplo campo de investigação que combina um grande número de abordagens, tendo um caráter multidisciplinar, reunindo uma ampla gama de fontes de informações, como artefatos e estruturas, a arquitetura, os documentos escritos, as informações orais e as imagens pictóricas:

“(…) la arqueología histórica no es ni historia, ni antropología, ni siquiera una conjunción de las dos. Simplemente es un amplio campo de investigación que combina un gran número de abordajes. Cuestiones “históricas” y “antropológicas” no son necesariamente opuestas, ya que la mayor parte de los problemas antropológicos poseen una base histórica, y muchos problemas históricos involucran cuestiones claramente antropológicas.”²⁴

²⁴ ORSER JR. Charles E. Introducción ala Arqueologia Histórica. Traducción: Andrés Zarankin. Buenos Aires: Asociación Amigos del Instituto Nacional de Antropología, 2000. P. 25

Hoje são desenvolvidos vários trabalhos de campo no Brasil, praticamente em todas as regiões encontramos núcleos de atuação, seja de arqueologia pré-histórica ou histórica, seja ligada às Universidades ou à Arqueologia de Contrato²⁵. No Brasil, na Arqueologia Histórica “*destacam-se as pesquisas que tratam da diversidade étnica e cultural, como os estudos das Missões Jesuíticas e dos Quilombos.*”²⁶ Segundo a arqueóloga Tânia Andrade Lima, foi nos anos 1960 que a Arqueologia Histórica no Brasil emergiu formalmente como um campo de pesquisa, sendo fortalecida pelos dispositivos da Lei n. 3.924 e atrelada à ideologia das esferas patrimoniais, o que contribuiu para que a produção material das classes dominantes se transformasse em seu objeto de pesquisa:

“Uma acentuada atração por exemplares da arquitetura colonial determinou, por um considerável intervalo de tempo, os rumos da Arqueologia Histórica no Brasil, que se voltou para a investigação de igrejas, conventos, missões, fortificações, solares, etc.”²⁷

Podemos dizer que, durante as décadas de 1970 e 1980, prevaleceram os trabalhos de Arqueologia Histórica, desenvolvidos no Sul do país a respeito das missões jesuíticas e, no Nordeste, a propósito das fortificações e igrejas, principalmente em Pernambuco; trabalhos estes relacionados aos primeiros anos de ocupação do território pelos europeus. Só no final da década de 1980 é que a Arqueologia Histórica brasileira “*vislumbrou-se o seu potencial para*

²⁵ Arqueologia de Contrato: “Pesquisas ‘preventivas’ financiadas por empresas privadas em regiões destinadas a serem desfiguradas por grande obras” (Prous, 1999:30)

²⁶ FUNARI, Pedro P. A. Arqueologia. São Paulo: Àtica, 1988. (Série Princípios). p.27.

²⁷ LIMA, Tânia A. *Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico* (1960-1991). In: Anais do Museu Paulista, Nova Série, Nº1, 1993. p. 226

dar voz a minorias étnicas e a seguimentos subalternos, oprimidos, desfavorecidos, ou marginais, que não puderam registrar sua própria história.”²⁸, Desse modo, as pesquisas desenvolvem-se não só no eixo sul – nordeste, mas também no sudeste. Como, por exemplo, em Minas Gerais, onde os trabalhos versaram sobre quilombos²⁹ ou, no Rio de Janeiro, sobre fazendas de café com suas senzalas do século XIX³⁰.

Iremos, a seguir, abordar, sumariamente, pesquisas em arqueologia histórica no Brasil, tomando como referência o trabalho de Arno Kern, *Pesquisas Arqueológicas e históricas nas Missões Jesuítico-Guaranis (1985-1995)*, e o trabalho de Pedro Funari, *A Arqueologia dos Palmares: Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana*.

No trabalho de Arno Kern sobre os povos das missões, o autor expõe os remanescentes arqueológicos dos Trinta Povos Jesuítico-Guaranis coloniais, obtidos através das escavações feita entre 1985-1995 na região Platina Oriental, que abrange territórios do Brasil, Argentina e do Paraguai. O projeto teve como objetivos a reconstituição histórica, o resgate dos vestígios arqueológicos, consolidação das estruturas arquitetônicas encontradas, e a preservação e valorização dos objetos arqueológicos e das estruturas remanescentes. O autor tece considerações sobre a abordagem multidisciplinar

²⁸ Idem. p. 228.

²⁹ GUIMARÃES, Carlos Magno. *O quilombo do Ambrosio: Lenda, Documentos e Arqueologia*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, XVI(1,2): 161-174, jul dez. 1990.

³⁰ ANDRADE LIMA, Tânia et al. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. *Dédalo*, v.1, p. 205-30, 1989. Publicação Avulsa. ANDRADE LIMA, Tânia; BRUNO, Maria Cristina O.; FONSECA, Marta Pereira Reis da. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, século XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, Rio de Janeiro (exploração arqueológica e museológica). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura material*, São Paulo, v.1, p. 179-206, 1993.

utilizada na pesquisa, empregando simultaneamente métodos da História, da Etnologia Histórica e da Arqueologia Histórica.

O patrimônio missioneiro está expresso na documentação escrita, na forma de documento material (vestígios arqueológicos), nas esculturas em madeira e pedra e nos remanescentes arquitetônicos. Utilizando dessa multiplicidade de fontes, as pesquisas arqueológicas e históricas caminharam juntas, com o intuito de reconstituir o processo de povoamento missioneiro jesuítico-guarani da região do Rio Prata, assim também visando contribuir para a produção de uma memória sócio-cultural daquela realidade:

“Esta reconstituição (...) tenta estabelecer e caracterizar os grupos étnicos de europeus e de indígenas responsáveis pela ocupação da Região e fundação dos povoados missioneiros, suas adaptações culturais, às paleopaisagens, específicas, suas origens e migrações, bem como as interações entre eles.”³¹

Segundo Kern, a pesquisa arqueológica nos permite ver o processo histórico das sociedades humanas em uma perspectiva ainda mais ampla do que aquela que nos indica os documentos. Os vestígios arqueológicos contêm importantes informações históricas. Deste modo, a análise dos artefatos não visou somente os objetos em si, mas sim as populações que os produziram e os consumiram, como destacava Mortimer Wheeler.

Já Funari, na pesquisa sobre o Quilombo de Palmares, nos fornece ricas avaliações no que diz respeito a um estudo que congrega uso de fontes escritas

³¹ KERN, Arno. Pesquisas Arqueológicas e Históricas nas missões Jesuítico-Guaranis (1985-1995). In: *Arqueologia Histórica Missioneira*. (Coleção Arqueologia 6). P. 21

e materiais visando obter novos dados sobre a resistência escrava e sua luta pela liberdade. De início, o autor faz um panorama sobre a historiografia da escravidão no Brasil, desde o início da colonização até fins do século XVII, quando o Quilombo de Palmares é desfeito. Posteriormente, usando a bibliografia, discorre sobre o quilombo de Palmares. E por últimos revela os dados obtidos pela escavação, fazendo correlações com os dados históricos.

Os documentos históricos revelam que existiam casas, ruas, capelas, estatuas, estábulos e até mesmo “palácios” no quilombo. E que a base da alimentação dos palmarinos era o cultivo de mandioca, milho, feijão, batata-doce, além de cana de açúcar e banana. Produziam também cerâmica e obras em madeira. Esses dados demonstram que os quilombolas incorporaram práticas indígenas, expressos nos seus hábitos alimentares e na feitura da cerâmica.

Os estudos tradicionalmente desenvolvidos tendem a afirmar que os fugitivos viviam e interagiam da mesma maneira que o faziam na África. “(...) *se índios, europeus e africanos viviam e interagem, como indicam os documentos escritos, então devia tratar-se de uma sociedade multiétnica, embora predominassem negros e mestiços.*”³² Foi encontrado, no sítio, enorme quantidade de cerâmica, sendo a maioria de tipo indígena, e algumas de influencia européia. Isso é muito significativo, pois sugere e reforça que a mescla cultural no assentamento quilombola devia ser muito intensa. Portanto,

³² FUNARI, Pedro P. de A. A Arqueologia dos Palmares: Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, João José, GOMES, Flávio dos S. *Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 36.

o estudo da Arqueologia Histórica, através da cultura material, pode ajudar a compreender os aspectos da vida sócio-econômica e cultural dos Palmares.

“A Arqueologia de palmares pode fornecer, portanto um conjunto de evidências particularmente fértil para estudar como os fugitivos, longe da África, foram capazes de forjar uma nova cultura sobre o Brasil, tornando-se bem-sucedida por vários decênios.”³³

Em outro trabalho que relaciona cultura material e história, Cláudia Mol, através dos inventários post-mortem, faz uma reconstituição do universo material das mulheres forras em Vila Rica do século XVIII. Os inventários mostram a relação dos bens deixados por essas mulheres. Os bens registrados pelas forras mostram que elas almejavam ser sinhazinhas, mas, ao mesmo tempo, revelam sua preferência por artigos da cultura africana, como o uso de pedras africanas nas suas jóias e o uso de uma considerável variedade de tecidos coloridos nos seus trajes:

“Através da cultura material tento reconstituir o cotidiano destas mulheres e sua inserção na sociedade [...] são os objetos contando como as “senhoras forras” de Vila Rica, seu cotidiano narrado por uma cultura material rica na sua diversidade, mostrando que a mulher forra viveu as várias realidades da colônia”.³⁴

A interdisciplinaridade provinda do estudo da cultura material e a abordagem das fontes ‘históricas’, simultaneamente com os avanços da revolução documental, têm permitido ao historiador caminhar por novos

³³ Idem. p. 36

³⁴ MÓL, 2002. P. 14.

campos, revelando aspectos interessantes da vida cotidiana e material da sociedade brasileira. Através dos objetos, é o homem que é posto em causa. Um vaso representa não apenas uma técnica e uma função utilitária, mas também pode ter um significado social ou ser testemunho de um sistema de relações econômicas.

Através da cultura material, representada nos objetos achados nos quintais coloniais de Mariana e Ouro Preto e nos registros das louças consumidas presentes nos inventários de Vila Rica nas primeiras décadas do século XIX, tentei perceber quais eram os tipos mais consumidos, de onde procediam, se quem os consumiam possuíam realmente poder aquisitivo considerável e por que os produtos da fábrica de Saramenha, assim como outros utensílios de barro produzidos localmente eram quase inexistentes nas listas de inventários e abundantes nos sítios arqueológicos da região.

Artigos considerados de luxo, as louças importadas não foram localizadas em todos os inventários de 1808 a 1822. Há inventários de pessoas abastardas que não apresentam nem ao menos um *pires de louça pó de pedra*, uma das mais populares e baratas dentre as louças encontradas. Por sua vez, foram encontrados artigos em prata, como talheres, copos e baixelas.

Se, como bem nos lembra Braudel, a cultura material são “os homens e as coisas, as coisas e os homens”³⁵, através dela pode ser revelado um universo de coisas que perfaz a vida em sociedade. Os estudos da cultura

³⁵ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e Capitalismo: Séc. XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3v. P. 19

material carregam o interesse de reintroduzir o homem na história, por meio da vivência material.

Após caracterizarmos o campo de atuação dos estudos da cultura material e apresentarmos noções da Arqueologia Histórica, faremos uma resumida caracterização de outro conjunto documental que completa nossa investigação - os inventários *post-mortem* - pesquisados no Arquivo do Pilar, em Ouro Preto.

1.2 O universo dos Inventários *Post-mortem*

Os inventários *post-mortem* consistem em documentos que descrevem detalhadamente todos os bens da herança de determinado indivíduo ou casal de cônjuges. Neles vem descrito todo espólio de bens, sejam eles móveis, imóveis, semovente (escravos e animais), dívidas ativas e passivas, assim como os bens alheios que foram encontrados no espólio do inventário, para serem restituído a quem tivesse direito.

“Causam espanto, atualmente, os inventários *post-mortem* anteriores a nosso século. A quantidade de coisas listadas abarcava quase todos os bens materiais dos indivíduos. Tudo era detalhado: uma jarra de vidro quebrada; um oratório pequeno com três imagens, muito velho; uma saia de baeta, preta, já muito usada; escravos; terras; instrumentos de trabalho; casas e mais uma infinidade de pertences. Diríamos hoje, quinquilharias, que permitem, felizmente, ter uma idéia

bastante aproximada da realidade de vida material e cotidiana dos homens coloniais.”³⁶

Segundo prescrito no Código Filipino, os inventários eram legalmente obrigatórios e constituíam um tipo de documento complementar ao testamento, embora fosse comum o inventário não apresentar traslado do testamento. O inventário só era obrigado acompanhar o testamento em três casos específicos: quando o testador deixava herdeiros menores, quando falecia “ab intesto”, e quando o falecido não tinha herdeiros tornando seus bens propriedade do Estado. Os inventários coloniais não eram feitos necessariamente quando alguém morria. Segundo Maria Nizza da Silva³⁷, importante estudiosa da família do período colonial, eles só eram exigidos quando o indivíduo não fazia testamento ou quando deixava filhos menores, ou netos menores com os pais já falecidos.

Um inventário, como previsto pela lei, era composto por várias partes. Primeiro constava o frontispício, acompanhado pelo nome do defunto, os nomes dos herdeiros e suas idades e data da morte. Havia também o Auto com as declarações do cabeça de casal e a indicação se havia ou não testamento. Logo depois aparecia o Termo de juramento dos Santos Evangelhos, de que o inventariante declarava “bem e verdadeiramente todos os bens e dívidas do defunto”. Em seguida constava o Termo de nomeação de curador, que deveria

³⁶FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial. RJ: Nova Fronteira, 1998. P.224

³⁷SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Legislação e práticas familiares no Brasil colonial. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, v.158, 394, 223-236, jan/mar.1997.

ser um advogado de conhecida probidade. Posteriormente, registrava-se a citação dos herdeiros, curador e inventariante e termo de louvação dos avaliadores. Em seguida vinha a descrição dos bens, contendo detalhadamente relação de bens móveis, bens de raiz, descrição das dívidas³⁸ ativas e passivas, podendo apresentar também escrituras e declaração de bens alheios emprestados ou depositados. Por último procedia-se o registro escrito da partilha dos bens entre os herdeiros, podendo ocorrer depois de alguns anos da abertura do inventário, até que todos os herdeiros tivessem sido localizados.

Nos inventários, estão contidas informações sobre a situação material dos homens e mulheres, à época da sua morte. Como ressalta Faria, “*os inventários post-mortem são uma fonte que permite a observação de um momento da vida material de determinadas pessoas, como uma fotografia.*”³⁹ Por isso, o cuidado de trabalhar com esse tipo de fonte, pois ela nos fornece dados - como se fossem congelados - da vida das pessoas, em etapa final de suas vidas.

Inúmeras pesquisas utilizam as séries documentais de inventários para estudar diversos aspectos de nossa sociedade colonial, desde estudo sobre a família, sobre redes mercantis e clientelares, assim como assuntos ligados à escravidão e aos estudos da prosopografia, a partir dos dados precisos sobre as fortunas dos indivíduos.

³⁸ Os bens destinados ao pagamento de dívidas deveriam ser vendidos em praça pública.

³⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Op. Cit. P. 227

Para este trabalho utilizamos somente inventários de Vila Rica, entre os anos 1808 a 1822. Utilizamos apenas uma conta de testamentária, do dono da fábrica Saramenha, o cirurgião-mor Antonio José Vieira de Carvalho, e seu inventário impresso na revista do Arquivo Público Mineiro.

Capítulo 2

A louça Bárbara Mineira

Antes de começarmos a tratar da *fábrica* de Cerâmica Saramenha, torna-se necessário uma breve consideração do que estamos entendendo por *fábrica*. Na literatura e na documentação consultada encontramos sempre o termo *fábrica* para designar o estabelecimento da cerâmica Saramenha. Vejamos o que dicionários de época nos apresenta.

No início do século XVIII, Raphael Bluteau define *fábrica* como sendo: “A casa ou oficina, em que se fabricaó alguns gêneros, pannos e tabacos.”⁴⁰ Para *manufatura* diz ser o “lugar em que muitos do mesmo officio se ajuntão a fazer obras do mesmo gênero. *Officina*.”⁴¹

No final do referido século, no verbete *fábrica*, no Dicionário Moraes e Silva, está a seguinte a explicação: “A *estructura, a construcção, organização* (...). *Casa onde se trabalhão, e fabricao, pannos, chapeos, sedas, e outras manufacturas*.”⁴² Percebemos que *fábrica* é sinônimo de *manufatura* tanto que, no verbete *manufatura*, o primeiro significado que Moraes atribui é o de *fábrica*. Também encontramos *fábrica* como sinônimo de rendas ou arrecadação para manutenção das Igrejas. É recorrente o termo *fábrica da Igreja* nos documentos eclesiásticos. Moraes e Silva esclarece: “*Fabrica da Sacristia, ou da Igreja; as rendas applicadas as despesas da Sacristia, e reparos da Igreja. O necessário para construcção do edificio*.”⁴³ Nota-se que

⁴⁰ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português & Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. P.3

⁴¹ Idem, p. 304.

⁴² SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da língua portugueza*. Tomo Segundo. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813. P.1

⁴³ Idem, p. 1

para tanto para Bluteau, quanto para Silva, a palavra fábrica é sinônimo de manufatura.

Braudel elucida que ambas as palavras, *manufatura* ou *fábrica*, são regularmente empregadas uma pela outra. De acordo com esse autor os historiadores influenciados pelos escritos de Marx, utilizam a palavra *manufatura* para designar as concentrações de mão-de-obra de tipo artesanal, com trabalho manual (particularmente nos têxteis), e a palavra *fábrica* para os equipamentos e máquinas já utilizados nas minas, nas instalações metalúrgicas e nos estaleiros navais⁴⁴. Aqui o emprego é diferente. Sendo o conceito de *fábrica* mais complexo para nossa aplicação. Seguindo essa explicação e tendo em vista a natureza do nosso objeto de estudo, a palavra manufatura se encaixaria melhor. Mas utilizaremos o termo *fábrica*, nesse formato, pois é recorrente na documentação e na historiografia consultada.

Douglas Libby faz distinção entre indústria, produção artesanal, produção manufatureira e sistemas fabris. Entende *indústria* numa concepção mais ampla, ou seja, como um conjunto de atividades produtivas visando à transformação de matérias-primas em artigos acabados. A *produção artesanal* é definida como uma produção ligada á pequena oficina, onde produtor e dono se confundem, os instrumentos de produção são ferramentas manuais e não há uma divisão técnica do trabalho. No caso da *produção manufatureira* há uma nítida separação entre o capital e o trabalho, as unidades produtivas são de

⁴⁴ BRAUDEL, F. A produção ou o capitalismo em casa alheia. In: *Civilização Material Capitalismo*. V. II.P. 287. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

porte médio, as ferramentas são manuais e existe uma rudimentar divisão técnica de trabalho. Já o *sistema fabril* se caracteriza por grandes unidades produtivas, nas quais se nota a separação entre capital e o trabalho e onde observamos uma complexa divisão técnica do trabalho exercida geralmente com algum maquinário⁴⁵. Na visão de Libby, nessa situação, adotaríamos o termo *produção artesanal*.

Com se vê, esbarramos em vários obstáculos para tentar identificar uma definição, pois não foram encontrados dados suficientes sobre o funcionamento da *fábrica Saramenha* “(...) *De fato, a paisagem mineira era repleta de lares voltados para a produção doméstica de fios e panos, de oficinas artesanais de todo tipo, de pequenas e médias manufaturas e até verdadeiras fábricas de ouro e tecidos.*”⁴⁶

Como nos informa Maria Beatriz da Silva, para abertura de fábrica era preciso pedir licença na Real Junta do Comércio, mas nem todos os fabricantes obtinham tal licença, havendo mais fábricas do que consta nos registros do governo e das câmaras coloniais. O que dificulta a investigação quanto ao funcionamento desses estabelecimentos, sendo quase ocultos a rotina diária de funcionamento, a mão-de-obra empregada e os materiais utilizados. São mais freqüentes dados para o Rio de Janeiro e Bahia:

⁴⁵ LIBBY, Douglas Cole. Op. Cit. P. 18

⁴⁶ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988. P. 14

“Se são escassas as informações acerca das fábricas existentes no Brasil depois do Alvará de 8 de abril de 1808 que permitia a instalação de manufaturas, ainda mais escassos são os dados acerca dos salários daqueles que ali trabalhavam. Os aprendizes contratados peça fábrica de ferraria e serraria do Rio de Janeiro recebiam de jornal 80 réis; na fábrica de vidros da Baía, aqueles que metiam a lenha nos fornos ganhavam 240 réis, além da alimentação, e o trabalho de escolher o barro, feito por pobres, dos que andam pedindo pelas ruas, era pago a tostão por dia.”⁴⁷

Maria Helena Flexor, estudando sobre ofícios mecânicos, manufaturas e comércio nas cidades de Salvador e São Paulo, afirma que em São Paulo as principais ocupações encontradas eram as de alfaiate, sapateiro, ferreiro e, depois carpinteiro. Outras ocupações que apareciam no início do povoamento, como os ofícios de oleiro e anzoleiros, por exemplo, depois quase desaparecem por serem desnecessárias. Contudo “(...) *existem referências freqüentíssimas, além de tecelões, a oleiros, louceiros, balaieiros, chapeleiros, fazedores de peneiras e cerieiros que executavam obras de extrema necessidade para o uso cotidiano*”⁴⁸.

Baseado na documentação da Câmara de Vila Rica, Salomão de Vasconcelos⁴⁹ estudou os ofícios mecânicos em Vila Rica no século XVIII. Em sua pesquisa fica explícito que os ofícios predominantes eram os de carpinteiro, ferreiros, pedreiros. Em menor quantidade aparecem serralheiros,

⁴⁷ SILVA, Maria Beatriz da. Estrutura Social. In: SILVA, Maria Beatriz da. (coord.) *Nova História da Expansão Portuguesa: O império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Vol. VIII. Lisboa: Ed. Estampa 1986. P. 255

⁴⁸ FLEXOR, Maria Helena Ochi. Ofícios, manufaturas e comércio. In: *História Econômica do Período Colonial*. SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). 2 ed. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de pesquisadores em História Econômica; Edusp; Imprensa Oficial, 2002. P.179.

⁴⁹ VASCONCELOS, Salomão de. *Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII*. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

marceneiros, latoeiros, pintores, entalhadores e oleiros. Neste apanhado de Vasconcelos estão presentes três oleiros, dois aparecem no século XVIII e o outro no início do século XIX: No Livro 17 (1722-1741 – Cartas de ofícios, provisões) Francisco Januzia e Antonio Rodrigues. E no livro 115 (1789-1802– Provisões, cartas de exames de exames de ofícios) consta Manuel Muniz dos Anjos.⁵⁰

A fábrica de Cerâmica Saramenha

Desde os primeiros tempos coloniais a fabricação de cerâmicas, como os artigos de cestaria e trançado, foram desenvolvidos a partir das técnicas indígenas, cujos objetos eram aproveitados amplamente nas casas no correr dos séculos:

“A cerâmica indígena atingira ao mesmo tempo do descobrimento uma perfeição relativa. (...) Durante séculos essa indústria primitiva foi privilégio dos aborígenes. Ao registrar em 1800 o sucesso favorável das feiras que instituiu no Campo-da-Luz, as celebres feiras de Pilatos, escrevia o governador conhecido por essa antomásia: “os mesmos índios, que são os que fazem a louça ordinária, repetiram três e quatro vezes as suas conduções”. É mínimo o valor de tais produtos na época de que nos ocupamos. Deles se utiliza a arraia miúda, quando não dá preferência às gamelas e copos de madeira”⁵¹.

⁵⁰ VASCONCELOS, Salomão de. Op.cit. P. 336 e 361.

⁵¹ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980. P. 79

A fabricação da louça de barro entre os indígenas está ligada à área doméstica, sendo quase exclusiva do universo feminino. Dentro da produção cerâmica indígena observamos dois tipos principais de técnica; a do acordelado e de modelagem. A do acordelado consiste na superposição de rolos feitos de argila a partir de uma base, em forma de anéis ou em espiral. Praticamente todas as tribos ceramistas brasileiras utilizam a técnica do acordelado, também conhecida como roletado.

“Os primeiros gestos de fabricação da peça consistem normalmente na confecção de roletes, comprimindo-se o barro entre as mãos, sobre a coxa ou de encontro a uma tábua, em movimentos de vaivém (...). Inicialmente é feito o fundo do vaso, a partir de uma quantidade de barro amassado e batido entre as mãos (...). A partir desse fundo, vão sendo gradativamente colocados os roletes, comprimidos em sucessivas justaposições, até formar as paredes no tamanho desejado”⁵².

Já a modelagem direta é considerada a técnica mais simples e mais primitiva no fabrico da cerâmica. A peça é modelada diretamente a partir do bloco de argila úmida⁵³.

Segundo Pileggi o termo cerâmica⁵⁴ é uma denominação genérica que *“abrange todos os produtos derivados de uma composição de argila e outras*

⁵²LIMA, Tânia Andrade de. Cerâmica indígena Brasileira. In: *Suma etnológica brasileira: Tecnologia indígena*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987.n. 2, p. 173-230. P. 175.

⁵³ Modelado: modelagem direta de uma pasta de barro. Comumente essa técnica é usada na confecção da base do vaso ou de peças pequenas”. RIBEIRO, B. Cerâmica: Glossário complementar. In: *Dicionário do artesanato indígena*. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988. P. 30

⁵⁴**CERÂMICA** - S.f. (Céramique, poterie) - Todo e qualquer manufaturado de argila cozida. Keramos [do grego] significa argila; contudo, a argila para ser utilizada na cerâmica deve ser beneficiada. A

substancias minerais, postos ao cozimento para obter solidez e inalterabilidade”.⁵⁵ p. 193

Tecnicamente a cerâmica pode ser dividida em três grandes grupos – a de barro, a de pó de pedra e a porcelana. A louça⁵⁶ de barro ou argila, é de massa porosa, adquirindo a cor, após a queima, dependendo das tonalidades da argila utilizada. A louça pó de pedra é adquirida através do emprego de matérias primas usadas no processo cerâmico, o caulim, argila, feldspato e quartzo, sendo recoberta com uma camada de esmalte. Já a porcelana representa uma pasta mais clara, feita a partir da combinação da argila com outras substâncias. Subdividi-se em várias categorias, como porcelana mole ou dura, dependendo dos elementos constitutivos da pasta e do grau de temperatura a que é submetido. Sua característica principal é ser impermeável e translúcida.

Segundo Senna na região de Saramenha, *“o excelente barro ou kaolim⁵⁷ do Saramenha foi aproveitado por hábeis oleiros, para o fabrico de vasos,*

arte da cerâmica é das mais antigas. Todos os povos primitivos trabalharam com o barro. Os chineses foram os primeiros a fabricar porcelana (ano 185 a.C.). Já no século II a porcelana era comum nesse país. A Europa teve conhecimento do produto através das viagens marítimas mantidas com o Oriente, mas só começou a produzi-la nos séculos XVII-XVIII, quando o caolim foi descoberto na Alemanha e na França. O caolim entra em grande proporção na pasta da porcelana. In: ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro - Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. - Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro e Fundação Roberto Marinho, 1979. P. 147

⁵⁵ PILEGGI, Aristides. *Cerâmica no Brasil e no mundo*. São Paulo: Martins Editora, 1958 P. 193

⁵⁶ O termo louça, assim como o de cerâmica, é uma denominação genérica abrangendo todos os produtos manufaturados de cerâmica, compostos de substâncias minerais, sujeitas a uma ou mais queimas. No texto, como na documentação e bibliografia consultada as duas palavras são sinônimos. PILEGGI, Aristides. *Op. Cit.* P. 195.

⁵⁷ “Argila de cor branca que, quando dissolvida na água, serve como engobo ou para a decoração pintada e/ou incisa do vasilhame. Conhecida também como tabatinga, designação de origem tupi”. RIBEIRO, B. *Cerâmica: Glossário complementar*. In: *Dicionário do artesanato indígena*. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988. P. 31

pratos e outras peças de delicada cerâmica, ali mesmo coloridas e envernizadas”⁵⁸. O caulim (também chamado de tabatinga) da região de Saramenha, usado como antiplástico no processo de fabrico da cerâmica, é elogiado ainda por Diogo Pereira de Vasconcelos:

*“Em quase todas as gerais aparece ocre amarela, branca e de muitas cores, a que dão o nome de tabatinga, e de que se usa na pintura. Tempo será, e já não está muito longe (graças aos desvelos do príncipe regente nosso senhor) em que homens hábeis farão aproveitar as riquezas minerais ainda intactas e ocultas da Capitania”*⁵⁹.

Enquanto destaca o potencial da capitania em relação às riquezas minerais, Diogo Pereira de Vasconcelos tece comentários de desprezo às atividades manufatureiras praticadas na capitania de Minas Gerais, chegando a afirmar que a louça é muito inferior em relação à da metrópole e a outras estrangeiras:

*“As manufaturas de Minas consistem apenas em tecidos de algodão tão grosseiros pela maior arte que só escravos e pessoas pobres deles usam. Os melhores, que contudo não pode competir com os que vêm de fora, correm por preços que não valem: em falta de máquinas que facilitam o trabalho, a mão-de-obra deve ser cara. Começam-se a fabricar anos de algodão e lãs. A louça é muito inferior à das fábricas do reino, não só às estrangeiras. Enquanto os do país não acharem meios de dar forma elegante às produções naturais dele, debalde será tratar de manufaturas”*⁶⁰.

⁵⁸ SENNA, Nelson de. *Bairro do Saramenha*. Anuario de Minas Gerais. V.III, Tomo II, 1909. P 722.

⁵⁹ VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. P. 65

⁶⁰ *Idem*, p. 143-144

Nas contas de testamentária do cirurgião-mor Antonio José Vieira de Carvalho⁶¹, fundador da fábrica, datada de 1820, verificamos que ele deixa de herança ao administrador da mesma: “*Deixo ao mestre e administrador da minha fábrica de louça Felix Pereira da Silva todas as terras e servissos de topázios que tenho no Morro de Saramenha (...) e igualmente as ferramentas como alavancas carrinhos almocafres e enxadas (...)*”⁶².

Na obra de Herculano Gomes Mathias acerca do recenseamento de Vila Rica em 1804, encontramos para a região de Saramenha, conhecida por Sermenha, somente dados relativos a propriedade do dono da fábrica: “*Na chácara do Cirurg. M.^{or} J.^e Vr.^e de Carv.^o ; Feitor = Manoel André49; Oleiro =Felix Per.^a30; 12 escravos*”⁶³

Percebemos que o cirurgião já ocupava a área e, dentre os moradores, aparece o oleiro, cujo ofício está ligado à fabricação de louça e, de acordo com o testamento do cirurgião, foi mestre e administrador da fábrica de louça. Através deste dado podemos supor que a louça Saramenha era fabricada antes de 1808.

O cirurgião Mor Antônio José Vieira de Carvalho não foi casado e nem deixou filhos, instituindo como um de seus herdeiros o Padre José Joaquim

⁶¹ Maria Cristina Rosa nos indica que além de cirurgião-mor do Regimento da cavalaria de Vila Rica, Antonio José Vieira de Carvalho exerceu diversos cargos. Foi juiz ordinário em Vila Rica no final do século XVIII, e realizou algumas devassas e corpos de delito. E no período 1803-1820 exerce os cargos de examinador, subdelegado e delegado da Fisicatura (órgão do governo encarregado de regulamentar e fiscalizar as práticas de cura). ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos: educação, diversão e doença na Comarca de Vila Rica*. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Educação. Campinas, 2005. P. 190-191.

⁶² AHCP. Testamento de Antonio José Vieira de Carvalho. Códice 306. Auto 6576. 1º Ofício, 1820. F. 3v.

⁶³ MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais – Vila Rica -1804*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969. P. 61

Viegas de Menezes, que, segundo a historiografia, teria sido um de seus sócios na fábrica, inclusive tendo ele trazido a técnica de fabrico da louça Saramenha de Portugal, quando foi fazer seus estudos sarcedotais: “... *instituo por meus universais herdeiros[...] de meus bens ao reverendo José Joaquim Viegas de Menezes, o capitão Manoel José Pinto, e a dona Francisca de Assis*”.⁶⁴

Buscamos inventários e testamentos dos herdeiros do original e do administrador que herdou a *fábrica*, mas não foram encontrados nos arquivos cartoriais de Mariana e Ouro Preto. Encontramos publicado, em revista do APM, inventário do dono. Através de seu inventário fica explícito que era um homem de posses. O desataque de seus bens está na relação de seus livros, uma quantidade impressionante de livros sobre medicina, uma rica biblioteca médica⁶⁵. Em meio a tantos livros científicos, encontramos uma curiosidade um livro sobre porcelana, e dicionários das artes e ofícios em 5 volumes o que indica seu interesse em conhecer a técnica e aplicá-la em sua fábrica: “*item Arte de Porsolania⁶⁶ hum volume*”⁶⁷

Xavier da Veiga nas *Efemérides Mineiras*, diz que em 1801 através de uma carta regia é criado no hospital de Vila Rica (Ouro Preto) uma aula de cirurgia, anatomia e obstetrícia e quem ministrava essas aulas era o dono da fábrica, o cirurgião–mor Antônio Jose Vieira de Carvalho. Lycurgo Santos

⁶⁴Idem. F. 3

⁶⁵Mais informações sobre a biblioteca médica do cirurgião-mor podem ser conferidas no livro de Maria Beatriz N. da Silva: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Cultura Luso-Brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. A autora estuda algumas bibliotecas coloniais que transitaram entre Portugal e Brasil.

⁶⁶ Acreditamos corresponder à palavra porcelana. Segundo Bluteau a várias grafias para a palavra porcelana: “outros escrevem porçolana, porselana, porsolana, &c.” In: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português & Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. P. 616

⁶⁷ RAPM, V. X. Eleição de deputados da Província de Minas Gerais em 1821. P. 714

Filhos apresenta-nos tabela de aulas de cirurgia na América portuguesa, e dentre os locais consta a data de 1801, no Hospital Militar de Vila Rica atuando o cirurgião-mor Antônio Jose Vieira de Carvalho.⁶⁸

Além dessas atividades o cirurgião traduz a importante obra do médico francês Mr Dazille, *Observações sobre as enfermidades dos negros*⁶⁹. Em seu inventário, há noventa e sete exemplares desse livro, sendo um em francês e o restante em português.

É de se destacar na relação dos bens, o item “*louças da fabrica do falecido*” e “*um armazém de loiça ainda p.^r vidrar.*”⁷⁰ Dentre os itens da fábrica é arrolado quantidade expressiva de alguns utensílios, o que indica a comercialização dos mesmos. Inclui-se também, além de utensílios de cozinha, objetos de decoração, como castiçais em forma de animais e floreiros. Abaixo segue a relação da louça Saramenha presente no inventário:

*“Item quarenta e huma dusia de xicras com seus pires resectivos; Sinco dúzias de Tigelas com suas tampas; Quatro dúzias e onze canecas; Oito floreiros; Sette figuras de por vellas; Quarenta pratos travessas; Duas terinas grandes digo sopeiras; Três dittas quebradas; Quatro dittas compridas brancas; Duzentos e cincoenta pratos de goardanapos; Seis assucareiros; Nove billhas de por agoa; Nove bulles; Oito cafeteiras; Três coelhos de por vellas.”*⁷¹

⁶⁸JESUS, Nauk Maria de. *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul*. (1727-1808). Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001. P. 131.

⁶⁹ *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir*. De autoria de Mr. Dazille, medico, pensionário do Rei, antigo cirurgião Mór das Tropas de Cayenna, dos Hospitaes da Ilha de França, etc., etc., etc, traduzidas para o português por Antônio José de Carvalho, Lente de Anatomia, Cirurgia e Operações no Hospital Real Militar de Vila Rica. [Data: 1801/Local: Lisboa/ Ed.: Typografia Chalcográfica, Tyoplastica e Litteraria do Arco do Cego]

⁷⁰ RAPM, idem, p. 715.

⁷¹ RAPM, idem, p.713

Quanto às influências que orientaram a instalação da *fábrica* de louça, encontramos duas vertentes na bibliografia consultada. Alguns autores afirmam ter sido instalado sob orientações do Padre Viegas, e outros sob ajuda do artista carioca João Manso Pereira.

Também procuramos na documentação dos arquivos da Câmara de Ouro Preto que estão no APM e na prefeitura de Ouro Preto, dados relativo à fiscalização de estabelecimentos manufatureiros. Não foi encontrado nenhum registro da fábrica. Ainda é uma lacuna a data de sua fundação e de sua duração. Pelos relatos de viajantes, por volta de 1808, ela já funcionava, e, pelo menos, de acordo com o testamento do dono da fábrica, sabemos que em 1820 ela ainda estava em atividade. Xavier da Veiga nos informa que ela funcionou até o final do século XIX, mas não deixa claro baseado em que afirma isto.

O olhar dos viajantes e as manufaturas mineiras

Sendo muito apreciada por integrantes das missões científicas estrangeiras que percorreram o interior do Brasil e de Minas Gerais, os produtos da Cerâmica Saramenha foram por eles chamados de “louça bárbara”. Richard Burton destaca as indústrias da região, dizendo que em Via Rica só se sobressai devido a sua produção *industrial*: “*Em Ouro Preto não vi uma única moeda de ouro, e, se, não fossem suas pequenas indústrias, a*

cidade se pareceria com a nossa miserável colônia da Costa do Ouro.”⁷² O conhecido Barão ESCHEWEGE, auxiliou nas as técnicas de pintura da cerâmica, tendo empregado na *fábrica* o manganês para pintura dos vasos.⁷³ John Mawe relata sobre a boa qualidade da argila na região, afirmando ser superior a que era usada pela famosa fábrica de louça de Sévres⁷⁴, na França:

“Durante os primeiros dias de minha estada aqui meus soldados me forneceram grande quantidade de caolim; era o mais belo que já vira. O que se empregava na manufatura de Serves, perto de Paris, lhe é inferior. Encontra-se ao pé de uma montanha de xisto argiloso chamada Santo Antonio, perto de Congonhas do Campo, num veio onde aparece acompanhada de quartzo e de ferro espetacular.

Em seus relatos, destaca a olaria de Saramenha, dando-nos preciosas informações sobre as técnicas utilizadas na fabricação da louça, dentre os materiais e ferramentas usados. Inclusive diz que as peças não são de boa qualidade, devido às instalações precárias. De acordo com esse viajante a técnica usada é de modelagem através da roda de torno :

“Oito dias depois de minha chegada, fui ver uma olaria à distância de três milhas. (...). Chegamos logo à olaria, instalada pouco além. Aí empregam o barro em estado nativo, sem nenhuma mistura, e lavam-no para retirar as partículas impuras. Depois que a água se esgotou e se

⁷²BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. P. 296.

⁷³ESCHEWEGE, Guilherme Wilhelm Ludwig Von. *Pluto Brasilienses*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. 2v.

⁷⁴*Manufatura Nacional de Sévres: um estabelecimento público de manufatura de cerâmica, cuja tradição remonta ao século XVIII. A Fábrica de Sévres, a dois quilômetros de Paris surgiu no segundo quartel do século XVIII, apoiada na doutrina econômica do reinado de Luís XV. Em 1934 foi criado o Museu Nacional de Cerâmica de Sévres, em frente à Manufatura. DREYFUS, Jenny Louça da Aristocracia no Brasil. Monteiro Soares Editores e Livreiros, 1982.*

*evaporou bastante, para deixar a massa com consistência suficiente, põem-na sobre uma roda e depois fazem pratos, potes, jarras pesadas e maciças, mas pouco sólidas. Tornam-nas menos frágeis, cobrindo-as com verniz espesso, que é excelente. O forno não tem chaminé e consistem apenas em uma abobada baixa, na qual há vários respiradores. O forno de verniz é reverberatório, mas tão mal construído que consome muito combustível, sem produzir grande calor. Em todo o distrito encontra-se argilas grosseiras, boas para a fabricação de tijolos, telhas, etc”.*⁷⁵

O naturalista Auguste de Saint-Hilaire em passagem por Minas, em 1816, aprecia a louça produzida em Saramenha, destacando-a como o primeiro estabelecimento industrial fundado na região. O viajante elogia os artigos que são produzidos, mas chama atenção para o fato de não terem muita qualidade, justamente por aplicarem o verniz, que é o que confere a cerâmica Saramenha seu aspecto vidrado:

“Se excetuarmos a manufatura de pólvora, que pertence ao governo, e uma fábrica de louça que se estabeleceu há poucos anos a pequena distância de Vila Rica, não existe nessa vila e suas proximidades nenhuma espécie de manufatura. Os vasos que saem da fábrica de Vila Rica apresentam, em geral, lindas formas, mas são revestidos por uma camada de verniz e quebram com muita facilidade. É evidente, aliás, que se conseguirá facilmente evitar esses defeitos, e a manufatura de Vila Rica acabará sem dúvida por rivalizar com as da Europa, sobretudo se os habitantes da região, sabendo zelar sua honra e interesses, quiserem fazer alguns esforços para sustentar o primeiro estabelecimento de produtos industriais que se fundou entre eles.”⁷⁶

⁷⁵ MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: USP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. P. 130-131

⁷⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. (Reconquista do Brasil, 4). P. 74

Outro ponto observado por Saint-Hilaire é o fato de os colonos preferirem as louças estrangeiras em detrimento da louça da terra produzida localmente:

“Mas, deve-se confessá-lo, se bem que os mineiros pareçam muito orgulhosos de sua pátria, há realmente entre eles tão pouco espírito público, que quase nunca ouvi os habitantes de Vila Rica referirem-se senão com o desprezo à única industria que possuem; exageram os defeitos de seus produtos, e se compararam sua louça com a da Inglaterra, é para fazer sentir quanto é superior a que compram aos estrangeiros.”⁷⁷

Spix e Martius, comentam sobre os vários ofícios praticados na capital da Capitania, enfatizando a quantidade de manufaturas existentes, inclusive uma fábrica de barro, que inferimos ser a de Saramenha:

“Quase todos os ofícios são praticados aqui, entre estes, destacam-se, especialmente, os de seleiro, funileiro e ferrador; também existe uma fábrica de pólvora, uma de chapéus de feltro e outra de louça de barro. Entre todas as cidades no interior do Brasil, nenhuma tem comércio tão animado como Vila Rica.”⁷⁸

Em artigo na revista do Arquivo Público Mineiro, sobre a biografia de Padre Viegas,⁷⁹ Xavier da Veiga propõe que a *fábrica* foi instalada com ajuda deste reverendo, que teria aprendido a técnica na fábrica de Benfica, em

⁷⁷SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op cit. P 74.

⁷⁸SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. V. 1. P. 205

⁷⁹O artigo é uma espécie de biografia de Padre Viegas, considerando o fundador da imprensa mineira, pois em 1807 abre a primeira imprensa mineira e foi também responsável pela impressão do primeiro jornal da região- *Abelha do Itacolomi (1824-1825)*. Algumas informações complementares sobre a vida de Padre Viegas também podem ser conferidas no documento da Cúria Metropolitana de Mariana – *Degeneris* do Reverendo José Joaquim Viegas de Menezes.

Portugal. Infelizmente não menciona a fonte utilizada para obter tais informações. Na bibliografia consultada que menciona o setor cerâmico português, não encontramos informações sobre a presença de olaria ou fábrica de louça em Benfca. Xavier da Veiga relata que Padre Viegas:

“(...) habituou-o a contribuir poderosamente, algum tempo depois, para o desenvolvimento dessa industria importantíssima, quando na chácara de Saramenha (a 3km de Ouro Preto) o finado cirurgião-mor Antônio José Vieira de Carvalho⁸⁰ fundou sua fábrica de louça, considerada a melhor que haja existido em Minas até hoje, e que tão bellos produtos apresentou que não lhes faltarão gabos dos entendedores.”

Xavier da Veiga nota que da fábrica, não restara as ruínas, nenhum equipamento e seus formosos utensílios não eram encontrados mais:

“Nem sequer o edifício resta hoje desse interessantíssimo estabelecimento, desaparecendo seus magníficos fornos, moldes, rodas e aperfeiçoados utensílios, e assim cahindo quase no inicio uma industria que, cultivada com o mesmo desvelo com que a creara e desenvolvera seu benemérito fundador, teria sido fonte de grande prosperidade social e por ventura de outros institutos úteis.”⁸¹

Augusto de Lima Junior também cita referência a olarias na colônia, destacando focos de produção do setor cerâmico em Minas Gerais:

⁸⁰Capitão Cirurgião-mor do regimento da cavalaria Paga da Capitania de Minas, português, faleceu em Vila Rica em 1818, morava na Rua Direita. No Arquivo Histórico Ultramarino há diversos documentos onde o cirurgião solicita patente e pagamentos por suas atividades como cirurgião da Cavalaria. Foi consultado também no AHU o item sobre fábricas e manufaturas, mas não consta nenhuma de louças, são destacadas as de engenho, mineração e tecidos.

⁸¹RAPM, vol. 03, 1898. P. 240-249. Essas informações também são encontradas nas *Efemérides mineiras* de Xavier da Veiga. VEIGA, José Pedro Xavier da Veiga. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998. V. 1 e 2. Segundo Veiga tais informações procedem de uma publicação do jornal do Comércio de 1858.

“A indústria de oleiro, tão popular em Portugal desde séculos, adquiriu regular desenvolvimento entre os colonos e muitas fábricas de louça grosseira forneceram sua mercadoria ao consumo local. Temos conhecimento de algumas em Mariana, em Prados, em Congonhas do Campo e no Arraial de Ouro Branco, afora uma próxima de Ouro Preto, que resistiu até fins do século passado. Pratos, tigelas, potes de água, moringas ou bilhas, alguidares, etc. foram fabricados e tiveram larga procura.”⁸²

Em artigo na revista do IHGB, sobre artistas coloniais, Francisco Santos destaca o nome de João Manso no setor cerâmico carioca:

“Manso, dedicando-se à indústria, encontrou no barro da ilha de Paquetá, no morro da Cruz, material esplêndido para seus ensaios. Em certo que pessoas do Rio de Janeiro faziam garbo em possuir louças de seu fabrico.”⁸³

Yolanda Marcondes Portugal, pesquisando a coleção de cerâmica na numismática do Museu Histórico Nacional, afirma que os primeiros ensaios de porcelana no Brasil foi resultado de pesquisa científica de João Manso, um brasileiro ilustre do século XVIII. Esse personagem foi também professor de latim, estudioso de ciências naturais, tendo se dedicado especificamente à química e a mineralogia.⁸⁴

Outro autor que destaca o nome de João Manso no setor cerâmico é Aristides Pileggi, importante estudioso da história e técnica da cerâmica desde os primórdios até o século XX. Ele afirma também ser de Manso a primeira idéia de industrialização da louça e porcelana no Brasil: “*João Manso Pereira,*

⁸²LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais: Origens e Formação*. 3.ed. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, 1965. P. 121

⁸³ SANTOS, Francisco Marques dos. Biografia de João Manso Pereira. In: *Artistas do Rio de Janeiro colonial*. Anais do III Congresso de História Nacional. Revista do IHGB, V. VIII, 1942. P. 490.

⁸⁴PORTUGAL, Yolanda Marcondes. *A cerâmica na numismática*. Anais do Museu Histórico Nacional. V.II, 1941. P155-175.

químico e mineralogista, professor de humanidades do Rio de Janeiro e Bahia, se mostrou capaz de fabricar com argilas do país, obras semelhantes às da saxônia e Sèvres.”⁸⁵ Pileggi cita trechos de uma carta de D. Maria I, presente na Real Junta do Comércio, onde a infanta recebe os produtos fabricados por Manso para avaliar e incentiva o artista fornecendo o pagamento das despesas com seus experimentos:

“(…) para este fim, fareis preparar, e remeter, com toda economia possível, doze arrobas, pouco mais ou menos, de cada um dos álkalis, quatro ou cinco almudes de cada um dos licores, acondicionados, com modo que não se alterem; amostras do diversos barros, que servem para loiças ordinárias e de cozinha; e para a porcelana fina; tudo separado, e em porções capazes desse fazerem as experiências: Informando muito circunspectamente se há o kao-lin ou o pe-tun-tse⁸⁶ naturais do paiz, ou outras Argillas ou barros, simpleces, ou compostos, semelhantes aos conhecidos na Europa e no Japão, em abundancia, capazes de se estabelecer fabrica de louça para serviço de mechas, ou ao menos do chá.”⁸⁷

Contudo, não encontramos relatos ou documentos que comprovem o recebimento desses incentivos a Manso e nem notícias de instalação de fábrica de louça na região. Mas a carta é, ao mesmo tempo ambígua, pois demonstra o interesse da Corte portuguesa em estabelecer no Brasil, contrariando assim o próprio alvará de 1785, uma fábrica de cerâmica. O interessante deste excerto

⁸⁵ PILEGGI, Aristides. *Op cit.* P. 139.

⁸⁶ Pedra de Feldspato e quartzo usado junto com o caulim na fabricação de porcelana, conferindo a peça aparência translúcida parecida com vidro.

⁸⁷ Carta da infanta D. Maria I, de 5 de setembro de 1793, Real Junta do Comércio. Apud PILEGGI, Aristides *Op. Cit.* P.139-140.

é que a rainha D. Maria I, decreta o alvará de 5 de janeiro de 1785, proibindo a instalação de fábricas e manufaturas nas colônias. Sabemos que ele nunca fora seguido à risca, dada quantidade de fábricas de tecidos, ferro, mineração e de engenhos encontrados na capitania de Minas Gerais - o que o historiador Douglas Libby chamou de protoindustrialização. Com a vinda da família Real, em 1808, D. João VI revoga esse alvará, permitindo a instalação de fábricas e manufaturas no Estado do Brasil:

Eldino Brancante, estudioso sobre a cerâmica no Brasil, corrobora com os autores citados, de que o artista carioca João Manso Pereira se destacou no setor cerâmico.

“E ainda nesse fim de século se fabrica porcelana na América, obra do cientista João Manso Pereira. Os produtos da fabrica desse ilustre brasileiro gozaram de merecida fama: o próprio Saint Hilaire os comparou em qualidade aos de Sèvres. O nome de João Manso Pereira, assim como suas marcas de fabrico figuram tratados de cerâmica”⁸⁸.

Brancante, enfatiza ter existido em Minas oitocentistas e em outros estados vários focos de produção de louça de barro e vidrada. Curioso é o fato de não sabermos quase nada sobre os outros focos relatados para Minas, sendo persistente alguns comentários sobre a *fábrica* de Saramenha.

“Havia no século XIX vários centros (sendo que apenas um chegou até nós) em Minas produzindo louça: Congonhas do Campo, Vila Rica (Saramenha), Caeté, Mariana (São Caetano),

⁸⁸ BRANCANTE, Eldino da Fonseca. *O Brasil e louça da Índia*. P. 167

Prados, Ouro Branco, Taquaruçu, Mondéos (louceiro com forno), Barbacena, etc. São em geral louças vidradas e meias faianças, algumas de elaborada fatura e grande diversidade de formas; pratos, sopeiras, boiões, vasos, potes, canecas, cuscuzeiros, etc. Quanto à decoração, às vezes com desenhos coloridos ou em relevo com cordames, folhagens, galhos, flores e ainda faixas impressas diferentes, inclusive em 'guilloché', à maneira da ourivesaria; quanto à cromia há predominância dos fundos pardos, do alaranjado, do avermelhado, do verde, do creme, do melado e do branco, etc.

No caso dos fragmentos encontrados na escavação da Casa Setecentista, as amostras de cerâmica Saramenha apresentavam um fundo monocromo, sobre o qual em algumas situações eram pintadas manchas ou desenhos fitomórficos. A coloração do verniz em sua maioria era amarela clara. Também foram identificados fragmentos com fundos azeitonados, amarronzados, vermelho e branco.



Fragmentos de cerâmica Saramenha⁸⁹

Em relação à técnica utilizada na manufatura da cerâmica em Minas, Brancante destaca a técnica de envernizamento, resultando na louça vitrificada. O processo de envernizamento ou vitrificação ocorre após a queima do vasilhame com o objetivo de impermeabilizá-lo ou embelezá-lo. É aplicada uma camada vítrea obtida através da aplicação de verniz ou resina. No final a peça adquire um aspecto vidrado, sendo chamada também de meia-fainça. Essa técnica era utilizada na manufatura Saramenha.

“Na produção de feição industrial de artefatos domésticos utilitários e de adorno, observa-se, nesse século XIX, uma

⁸⁹BAETA, Alenice (Coord) *Resgate do Patrimônio Arqueológico remanescente do quintal do imóvel identificado como Casa Setecentista, município de Mariana*-. Escritório Técnico II – IPHAN/Programa Monumentos Novelis, Mariana, 2006. P. 56.

diversidade muito grande de produtos e um esforço de melhoria técnica, em que sobressai, sobretudo, o fabrico da louça vidrada, porém aparecendo outros artigos no Brasil, imitando a faiança com engobes claros e amarelados, muito comuns em Minas (...).”⁹⁰

Consultas no setor de museologia do Museu da Inconfidência nos indica outras pistas sobre a fábrica, pois em seu acervo encontram-se alguns exemplares atribuídos à cerâmica Saramenha, inclusive um raro prato de barbeiro⁹¹ doado por um colecionador do Rio de Janeiro, que possui considerável número de peças atribuídas à cerâmica Saramenha. As informações de que João Manso Pereira, é que teria ajudado o cirurgião-mor a instalar sua *fábrica* de louças na chácara de Saramenha são reforçadas, pela técnica de restauração do museu Maria José de Assunção da Cunha, responsável pelo inventário das peças⁹².

Segundo Cunha, na decoração da cerâmica Saramenha, encontramos objetos nos tons marrom, azeitona, amarelo e avermelhado com decoração de elementos ou manchas de caráter abstrato ou ainda desenhos e composições de inspiração fitomórfica. O traço marcante da cerâmica Saramenha é o seu efeito vitrificado, obtido à custa de óxido de ferro e pedra moída, derretidos em panela de ferro, adaptadas aos rústicos fornos da época. Características essas confirmadas pelas amostras arqueológicas apresentadas acima.

⁹⁰BRANCANTE, Eldino da Fonseca. *O Brasil e a Cerâmica Antiga*. São Paulo: Cia. Lithographica Ypiranga, 1981. P. 707 e 435.

⁹¹ Reproduzido nos anexos referentes à louça mineira.

⁹² CUNHA, Maria José de Assunção da. *A Cerâmica do Saramenha* (Pesquisa de apoio ao Programa "Peça da Quinzena" do Projeto "O Museu vai à Fábrica, a Fábrica vai ao Museu"). - Ouro Preto: Museu da Inconfidência, maio de 1991.

Pesquisando inventários da Comarca do Serro Frio, José Newton Coelho Meneses encontra rico inventário do Arraial do Tejuco para o ano de 1793, que trás referência de “louças do Caité”⁹³. O que indica que a produção de louça vidrada é anterior a normalmente citada cerâmica de Saramenha, que segundo o autor começou a ser produzida possivelmente entre 1805 e 1811. Meneses ressalta que essa possibilidade é mais um indicativo da diversidade econômica na Capitania de Minas Gerais. E corrobora para afirmarmos que o Alvará de 1785, que proibia a instalação de manufaturas, não conseguiu erradicar totalmente a produção local. Dessa forma a produção de louça pode ter se configurado como mais um desrespeito à mesma.

Brancante cita outro foco de produção de louça, além de caeté⁹⁴ e de Saramenha, fala de uma fábrica de louça branca em São Caetano, distrito de Mariana, mas, de forma semelhante aos outros dados mencionados, não cita fonte. Supomos que essa fábrica seja a mesma relatada pelo presidente de província em 1854, onde comenta sobre as principais atividades desenvolvidas no termo de Mariana. Carla Almeida comenta tal relatório em sua dissertação de mestrado:

⁹³ MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000. P. 109

⁹⁴Pelo que Brancante informa, Caeté se destaca como centro cerâmico desde final do século XVIII apresentando quatro fases de atuação. A primeira no XVIII. A segunda fase se inicia em 1858 quando recebe incentivos do governo provincial transformando-se em Cerâmica Nacional indo até 1893. A terceira vai de 1893 até 1921 Em 1894 é inaugurada a oficialmente por João Pinheiro. Em 1921 inicia a sua quarta fase, passando a adotar o nome do ilustre político mineiro: *Cerâmica João Pinheiro*. Reproduzimos nos anexos imagens da louça de Caeté. BRANCANTE, Eldino. 1981, P. 439.

“De acordo com o quadro apresentado pelo Presidente da Província no relatório do ano de 1854, Mariana tinha como atividades principais a agricultura e a mineração, e possuía 313 fazendas, 307 engenhos de cana, 14 engenhos de socar formação aurífera e 19 de serrar madeira. Também existiam 11 fábricas de ferro, 1 de cêra, 1 de louça branca e 1 de chá.”⁹⁵

Xavier da Veiga menciona a boa qualidade do barro de São Caetano para a fabricação de louça, sendo inclusive enviado a Paris para análise na famosa Fábrica de louças de Sèvres no ano de 1855:

É analisada na célebre fábrica de Sévres certa quantidade de barro extraído em São Caetano, a três léguas de Mariana. Foi julgado caulim e a peça cozida deu boa louça. Pouco tempo antes o mesmo barro fora examinado no Rio de Janeiro pelo naturalista frei Custódio Alves Serrão, sendo muito favorável o resultado do exame da análise nesta data havida em Sévres acha-se, sob a epigrafe LOUÇA DE PORCELANA, notícia detalhada à página 37 do relatório do Dr. Francisco Diogo P. de Vasconcellos, ao passar, a 2 de fevereiro de 1856, a administração da província ao novo presidente, conselheiro Herculano Ferreira Penna.”⁹⁶

Com base no que foi exposto acima, esperamos ter contribuído para melhor entendimento sobre a *fábrica* de Cerâmica Saramenha. Consideramos que o assunto de modo algum foi esgotado, havendo necessidade de pesquisas que relacionem, no decorrer do século XIX, o foco de produção Saramenha

⁹⁵ ALMEIDA, Carla. *Flutuações nas unidades produtivas mineiras. Mariana 1750-1850*. Niterói. UFF, 1994. Dissertação de mestrado em História. P. 165

⁹⁶VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras – 1664-1897*. V. 1 e 2. P.467. Veiga, para o ano de 1889 cita a lei mineira nº 3741, que concede o direito de exploração do caulim usado na fabricação de louça: “Autorizo o governo da Província a conceder aos cidadãos M. J da Silva Pontes, Dr. D. L. dos Santos Brochado e J. M. da Silva Ponte, ou a companhia Por eles organizada, de juros de 6% por trinta anos, sobre o capital de 600: 000\$0, para a exploração de caulim, nos municípios de Sabará, Santa Luzia, Caeté, Sete lagoas, Curvelo, Santa Bárbara e Itabira, e estabelecimento de uma fábrica de louça”. VEIGA, Xavier da. Idem , p. 766.

com outros locais de produção, tanto na própria Província, quanto fora dela .

Contudo, a partir dessa experiência histórica, é possível afirmar que o conhecido alvará de D. João VI, sancionado em 1808 e que permitiu a instalação de fábricas e manufaturas no Estado do Brasil⁹⁷, nem sempre implicou em melhoria substancial para esse setor econômico. A fábrica de Saramenha é um exemplo disso. Mesmo num quadro jurídico liberal, não mais restritivo a esse tipo de produção, ela teve muita dificuldade para sobreviver economicamente.

⁹⁷ “(...) sou servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil e nos meus Dominios Ultramarinos e ordenar que daqui em diante seja licito a qualquer dos meus vassallos, qualquer que seja o Paiz em que habitem, estabelecer todo o gênero de manufaturas, sem exceptuar alguma, fazendo os seus trabalhos em pequenos, ou em grande, como entenderem que mais lhes convem; para o que hei por bem derogar o Alvará de 5 de janeiro de 1785 e quaisquer leis ou Ordens que o contrario decidam (...)” In: Alvará de 1º de Abril de 1808, permite o estabelecimento de fabricas e manufaturas no Estado do Brasil. Coleções de Leis do Brazil, 1808. APM, documento microfilmado. P. 10.

Capítulo 3

As louças estrangeiras nos inventários *post-mortem*

Neste capítulo pretendemos analisar o consumo de louças estrangeiras através dos inventários *post-mortem*. Inicialmente o plano de pesquisa priorizava os inventários que apresentassem louças de barro ou vidrada produzidas localmente. Contudo, no andamento do trabalho verificamos que, nos inventários, quase não apareciam louças de barro. Sheila de Castro e Faria, afirma que os utensílios de barro eram comuns, mas geralmente não eram arrolados, devido seu baixo valor comercial:

“Os únicos bens que se pressupõe terem existido com relativa freqüência e quase inexistentes nos arrolamentos eram os feitos de barro, madeira e palha. (...) a conclusão a que se pode chegar é de que eram confeccionados pelas próprias pessoas para uso próprio e, conseqüentemente, destituídos de valor comercial. Por outro lado, qualquer coisa de metal ou madeira nobre, trabalhada ou adquirida no mercado, era arrolada.”⁹⁸

Leila Algranti sugere que mesmo as louças de barro não aparecendo, desde o início da colonização elas eram muito comuns, sendo fabricadas em casa. Não obstante, as porcelanas das Índias, “*chegavam com certa freqüência desde o início da colonização na bagagem dos mais providos, sendo a louça completada em épocas posteriores com baixelas inglesas de louça e prata.*”⁹⁹

Segundo Tânia Andrade de Lima, quando a Inglaterra começou a produzir louça, imitando a porcelana chinesa em larga escala e por um baixo custo, provocou-se uma revolução no consumo deste item doméstico. Essa oferta em abundância diminuiu consideravelmente a eficácia da louça como

⁹⁸FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. P. 224-225

⁹⁹ALGRANTI, Leila Mezan. “Família e vida doméstica.” In: *História da vida privada no Brasil*. V.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 123

marcador de “classe”, fato observado no século XVIII, quando a aristocracia elege as porcelanas como um poderoso elemento de distinção.

No Brasil, nas primeiras décadas do XIX, observa-se o impacto da expansão das manufaturas inglesas, principalmente a partir de 1808, com a abertura dos portos:

“Já no início dos oitocentos, portanto os fabricantes de louças despejavam nos quatro cantos do mundo a produção inglesa, fazendo com que um mesmo produto fosse simultaneamente consumido em todo o globo, no que veio a se constituir como a expressão pioneira e prematura da produção e consumo de massa, prenúncio da mundialização do mercado.”¹⁰⁰

Um viajante francês, no início do século XIX, percorrendo diversos países da Europa, comenta as muitas qualidades das louças inglesas que encontrou em várias estalagens, desde Paris a Petesburgo, de Amsterdã a Suécia. E acrescenta que, certos países, como Espanha, Portugal e Itália eram tão supridos desses artigos, que despacham navios abarrotados para as Índias Orientais e Ocidentais e para toda América.¹⁰¹

Em Portugal, a produção de cerâmica, em sua maioria, era de cunho artesanal, exercida no espaço doméstico e em pequenas oficinas. Geralmente produziam gêneros mais grosseiros, de consumo popular. Mas havia produção de artefatos mais elaborados e de melhor qualidade, como a louça vidrada e especialidades locais, como a louça preta. Via de regra, as unidades onde se

¹⁰⁰ LIMA, Tânia A. O papel da Arqueologia Histórica no mundo globalizado. In: SENATORE, Maria Ximena. ZARANKIN, Andrés (orgs.) *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Material, Discursos e Práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente (Coleção Científica), 2002. P 120.

¹⁰¹ Idem, p. 123.

produziam as cerâmicas finas, que eram mais procuradas nas cidades, estabeleciam-se nos próprios centros urbanos¹⁰².

Em Lisboa, havia um número considerável de oficinas que trabalhavam em maior escala, mas era na região do Porto que se reunia o maior número de oficinas, com emprego expressivo de operários. De acordo com Pedreira, no século XVIII, havia mais de sete unidades, reunindo um total de 145 operários, sendo seus artigos exportados para todas as colônias portuguesas.

Na América Portuguesa, as louças do Porto se destacavam na mesa dos colonos, concorrendo com a louça da Índia e com a louça inglesa. A organização industrial do setor cerâmico no Porto, “*se caracterizava por um nível superior de concentração, que lhe atribuía a primazia na produção de faianças e dos artigos mais sofisticados*”¹⁰³ Todavia, a maior concentração de olarias achavam-se em três localidades bem distantes entre si, que eram em Ovar, em torno de Mafra e em Flor da Rosa (perto do Crato). Eram em maior número, mas comportavam quantidade reduzida de operário, caracterizando assim mais como produção artesanal, do que como organização industrial.

“No período colonial, a cerâmica portuguesa, por força das circunstâncias, era a mais divulgada; freqüentemente nos inventários há a designação de louças do Reino e de Lisboa, devendo abranger parte da produção, daquele período: do Rato, Fontainhas, Sto. Idelfonso, São Lázaro, Sto André (...). Era também assinalada a louça da Índia de que sobretudo os mercadores portugueses provinham, em benefício próprio, um rendoso escambo.”¹⁰⁴

¹⁰² PEDREIRA, Jorge. *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil*. Lisboa (1780-1830): Difel (Coleção Memória e Sociedade), 1994. P. 107

¹⁰³ Idem, p. 108.

¹⁰⁴ Ibidem, 192

A louça do Reino e da Índia, desde o início da colonização, entrou com facilidade no Brasil, pois gozava de certos privilégios, como - em determinados períodos - o da completa isenção de direitos de entrada.

Em 300 inventários *post-mortem* consultados, apenas 51, ou seja, 16,67% da documentação, registram algum tipo de louça, seja de barro da terra, pó de pedra, da Índia e do Porto.

Tabela 1. Porcentagem de Louças do Porto, Louças da Índia, Louças Inglesas e Louças da Terra no total de inventários (para um total de 51)

Tipos de Louças	Total	% dos 51
Louças de Barro (da terra)	4	7,84%
Louças do Porto	13	25,49%
Louças da Índia	18	35,29%
Louças Inglesas (pó de pedra)	41	80,39%
Total	51	100%

Fonte: Inventários do Cartório 1º e 2º ofício, 1808-1822, AHCP.

Se considerarmos o número baixo de inventários com louça, podemos inferir que seu consumo era de luxo, estando presente no ambiente doméstico de poucos. Mas, por outro lado, se analisarmos a fortuna dos indivíduos que possuíam esses utensílios tenderemos a afirmar que esses artigos estavam presentes tanto nas casas abastardas quanto nas menos providas. É pertinente afirmar que atuavam como instrumento de distinção social e, de certa forma, representavam o universo social e simbólico da sociedade Oitocentista de Vila Rica.

Tanto os indivíduos que possuíam uma fortuna considerável - quanto o que possui um espólio razoável ou pequeno - consumiam louças, mesmo que fosse a mais acessível, ou seja, a louça pó de pedra inglesa, pois almejavam

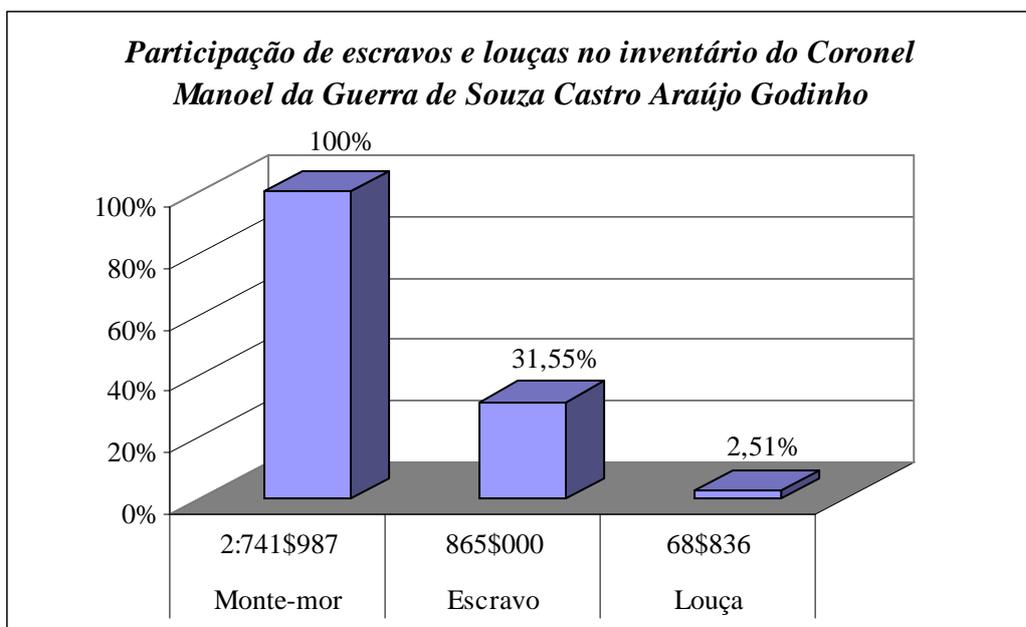
possuir gestos estrangeiros, geralmente franceses ou ingleses. Outra justificativa consiste no fato de ter sido popularizado o consumo de louça inglesa, através do aumento de sua oferta no comércio a baixo custo e com mais facilidade de entrada no país, graças à abertura dos portos e aos tratados de navegação e comércio de 1810. De acordo com os inventários analisados, o preço médio de um prato de louça inglesa foi de \$150 réis e, o de pires, foi de \$050 réis. O prato de louça da terra tinha o mesmo valor da estrangeira, \$150. Chegamos a encontrar pratos ingleses a \$080.

Hoje, na arqueologia há a tendência de refutar o emprego de vestígios de louças como indicadores de *status* econômicos e nível de renda. As escavações feitas, em sítios referentes a grupos socioeconômicos distintos, têm revelado que os mesmos se apresentam homogêneos em relação ao consumo de louças. O que também foi observado no caso dos inventários pesquisados. Contudo, se as louças não são seguras enquanto único índice de status e renda, são relevantes do ponto de vista da identificação do desejo dos indivíduos ostentarem uma posição social que não tinham.

A título de exemplo, no inventário do Coronel Manoel da Guerra de Souza Castro Araújo Godinho,¹⁰⁵ consta um conjunto completo de mesa de louça da Índia avaliado em 61\$636 e uma dúzia de xícaras e pires de louça da Índia, estimado em 7\$200, correspondendo a 2,51% de seu monte-mor. Trata-se de o único inventário que apresenta um conjunto completo de mesa em louça. Geralmente os utensílios são pratos, xícaras, pires, terrinas, etc., mas em

¹⁰⁵ AHCP, Códice 47, auto 520, 2º ofício, 1814.

quantidades pequenas¹⁰⁶ Dentre os inventários analisados, o do Coronel Godinho é um dos poucos que a louça representa mais de 2% no conjunto de sua fortuna:

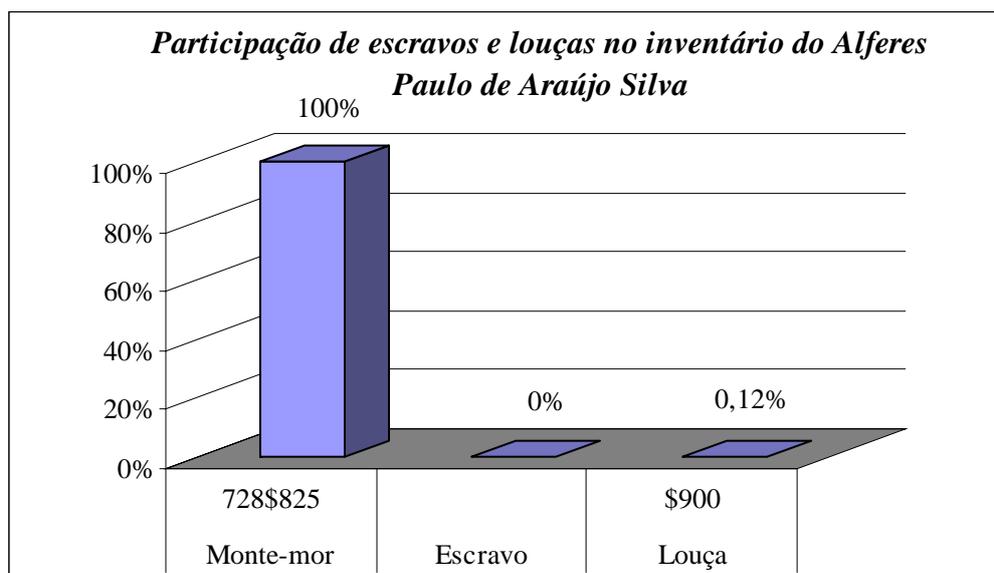


Fonte: AHCP.

Para uma comparação, cabe citar o inventário do alferes Paulo de Araújo Silva¹⁰⁷, em que aparecem quatro pratos pó de pedra a \$600 e quatro tigelas do Porto, avaliadas em \$300, perfazendo 0,12% de seus bens. O referido alferes não possuía escravos, e sua fortuna total somava 728\$625. Apesar de seu pequeno espólio tinha duas qualidades de louças estrangeiras entre seus bens.

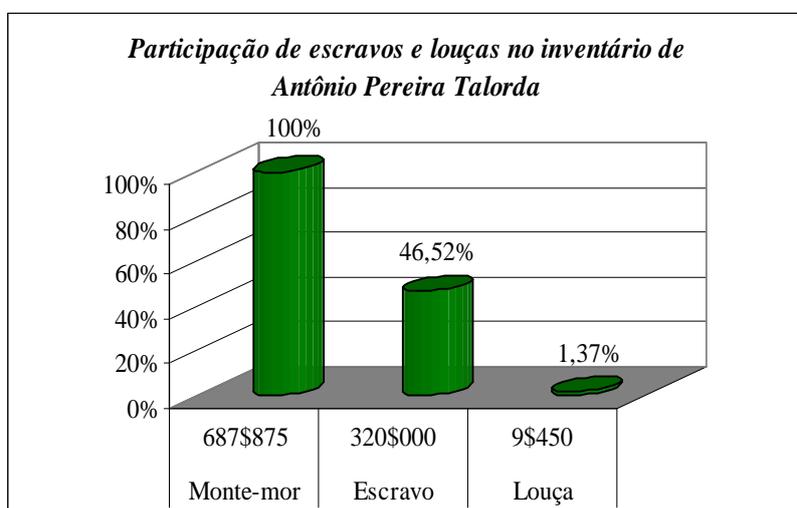
¹⁰⁶ Em anexo as fichas dos inventários consultados

¹⁰⁷ AHCP, código 113, Auto 1448 1º ofício, 1808.



Fonte: AHCP.

Já no inventário de Antônio Pereira Talorda¹⁰⁸, enquanto os escravos correspondem a 46,52% de seus bens, as louças ocupam 1,37%, sendo todas inglesas.



Fonte: AHCP

Outro ponto observado, no conjunto de documentos, diz respeito à ocupação dos inventariados. Até onde nos foi possível verificar - na maioria

¹⁰⁸ AHCP, códice 1, auto 8, 2º ofício 1809

não há indicação da profissão ou ocupação - é expressivo o número de padres e de indivíduos com patentes militares, conforme a tabela abaixo:

Ocupação dos Inventariantes

	Total	% dos 51
Doutor	1	1,96%
Padres	10	19,60%
Com patentes militares	14	27,45%
Sem ocupação	26	50,98%
Total	51	100%

Fonte: Inventários do Cartório 1º e 2º ofícios, 1808-1822, AHCP.

Os modos dos colonos à mesa foi alvo constante dos comentários dos viajantes, os quais notaram que as refeições dos brasileiros, ao contrário, eram mais marcadas pela abundância dos pratos do que pela elegância do serviço. Isso demonstra que não podemos avaliar o consumo de louça pensando apenas que os indivíduos almejavam reproduzir modos estrangeiros.

Conforme os viajantes observam, apesar da elegância dos serviços de mesa, o que imperava era o contraste, como o uso inadequado de certos utensílios. Na região do Serro um viajante notou que serviam sopa em um urinol de louça. Outros observam a quantidade de pratos dispostos na mesa sem nenhuma função aparente. Nos inventários são os utensílios que aparecem com maior frequência, em diversos tipos e tamanhos. É comum aparecer os pratos covos ou goivos, (pratos fundos) e os pratos de guardanapos (pratos rasos). Segundo Sônia Magalhães, que estudou os hábitos alimentares da cidade de Mariana para o século XVIII e início do XIX, os pratos de estanho e

de pó de pedra (de louça inglesa) eram os mais comumente utilizados pelos marianenses. Em Vila Rica do início do século XIX, também observamos a predominância desses utensílios, sendo somente analisado os artigos de cerâmica. Constatamos que a louça pó de pedra inglesa é mais corrente dentre os tipos de louça consumidos.

A louça da Índia está presente na mesa dos colonos desde os primeiros tempos da colonização, trazida pelos comerciantes portugueses do Oriente.

“Em Portugal, como no Brasil, a porcelana proveniente da China tinha primitivamente várias denominações. Era chamada porcelana, porcelana da China ou erroneamente louça da Índia e porcelana da Índia; a referencia à Índia prendia-se ao fato de serem as naus das famosas frotas das Índias que transportavam a porcelana para o Ocidente.”¹⁰⁹

Somente no século XVIII é que assistimos o auge do consumo das louças do Porto¹¹⁰, das Índias e da Inglaterra.¹¹¹ A bela louça da Companhia das Índias opõe-se às singelas panelas de barro que, apesar de usadas cotidianamente, quase não deixaram registros. No século XIX diminui a presença na documentação da louça da Índia e do Porto. Nesse período consta com mais freqüência os artigos ingleses de pó de pedra, principalmente após a abertura dos Portos em 1808, quando a Inglaterra passa a despejar navios e

¹⁰⁹ BRANCANTE, Eldino da Fonseca. *O Brasil e a louça da Índia*. São Paulo: 1958. P.66-67.

¹¹⁰ Vinda das fábricas do Reino destaque para Fabrica do Rato.

¹¹¹ Comumente identificada nos inventários como louça pó de pedra, nome que remete ao seu processo de fabrico, a tecnologia aplicada.

mais navios de produtos seus no Brasil com carga fiscal mais favorável que as Fábricas do Reino¹¹², devido os Tratados de Comércio e Navegação de 1810.

Nos inventários analisados por Alcântara Machado, nos artigos de baixela, não predomina a cerâmica de barro indígena, nem a prata, ou porcelana fina importada, mas sim o estanho. Curiosamente, em Minas do século XVIII e XIX, esse metal também aparece expressivamente nos artigos de cozinha, assim como nos vasilhames de copa e mesa.

Contudo a louça, a faiança estrangeira e a prataria são peças muito avistadas nos inventários mineiros. Segundo Alcântara Machado é natural a preferência dos paulistas pelo estanho devido às vantagens, do ponto de vista econômico, que tem sobre a porcelana, o vidro e a faiança, pois este por ser *“de preço muito inferior, resiste muito mais, e presta-se indefinidamente à refundição para uso idêntico ou diverso.”*¹¹³ Com o correr dos séculos também na cozinha dos paulistas vão proliferar a louça branca do reino, a louça da Índia e a faiança Inglesa.

Geralmente as louças arroladas não apresentam informações quanto a sua decoração. O mais comum é citar o tipo de louça e a tipologia do objeto, se é prato, tigela, terrina, bule xícaras, dentre outros. A cor da louça nem sempre é citada, mas aparece, principalmente as louças brancas e azuis. Quando aparece algum padrão decorativo, é mais recorrente a decoração com

¹¹² “De 1796 a 1800, crescem as importações feitas pela colônia sobre a metrópole. De 1800 em diante, diminuem as importações até 1811, especialmente dos produtos das fábricas do Reino, quer dizer, as indústrias propriamente portuguesas.” SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (coord.) *Nova história da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. V. VIII. Lisboa: Estampa, 1986. P.

¹¹³ Idem. P. 80

ramos: *1 prato de loiça da Índia com seus ramos azuis*¹¹⁴, avaliada em \$150. A louça azul ou branca eram mais difundidas, por isso, mesmo quando decorada, o preço era o mesmo que a comum. Isso não ocorria com outras cores. Por exemplo, a louça roxada, tinha um preço razoável se comparada às outras. No inventário de Donna Joaquina aparece alguns exemplares de louça roxada: *huma leiteira e 1 folha de xá tudo invernezado de roxo avaliados em \$800*¹¹⁵ Já no inventário do reverendo Pantaleão Ramos, encontramos louça inglesa com decoração verde a um preço elevado: *vinte e quatro pratos pó de pedra de goardanapo com beirada verde a 24\$000*¹¹⁶.

Já a louça de barro da terra, foi encontrada em pouquíssimos inventários, e seu valor se equipara às louças estrangeiras. José Coelho de Almeida, por exemplo, em seu inventário possui louça pó de pedra, mas mais utensílios de barro da terra: “três tigelas e dois pires de louça da terra a \$112, hum boião da mesma louça sem tampa a \$150, huma bacia e jarro de barro da terra que serve de dar agua as maons a \$300.”¹¹⁷

Também observamos, no inventário do Padre Faustino, *duas salvas de louça da terra a \$150*¹¹⁸. E por último encontramos no inventário de Maximiana de Jesus de *hum bule de barro novo de louça grossa a \$150*¹¹⁹ e consta também uma tigela e um prato de pó de pedra com o mesmo valor da louça da terra, a \$150. Supomos que esses utensílios de barro possam ter saído

¹¹⁴ AHCP, códice 30, auto 333, 1809.

¹¹⁵ AHCP, códice 82, auto 1002, 1813.

¹¹⁶ AHCP, códice 113, auto 1439, 1813.

¹¹⁷ AHCP, códice 62, auto 743, 1808.

¹¹⁸ AHCP, códice 45, auto 534, 1812.

¹¹⁹ AHCP, códice 100, auto, 1227, 1813.

da *fábrica* Saramenha, apesar de não constar que são envernizadas, mas são de barro e uma é de camada grossa, se aproximando das descrições da louça de Saramenha.

Embora circulando em domicílios, a louça de Saramenha – conforme mencionamos – não resistiu à concorrência inglesa, servindo de exemplo de atividade manufatureira em que a distância dos portos e as deficiências das estradas não atuaram como um mecanismo de proteção do mercado local – tal como sucedeu com a produção de tecidos em Minas Gerais do século XIX.

Considerações Finais

Diante do que foi colocado, esperamos ter contribuído para um melhor entendimento de aspectos ligados à categoria material -louças -, em Vila Rica das primeiras décadas do século XIX. Apesar do uso deste artigo, ser reservado as necessidades cotidianas, o seu consumo é marcado por simbolismos e significados intencionados. Pesquisas desenvolvidas abrangendo a sociedade oitocentista, após a independência, tem revelado que o consumo de louça estava ligado a prática de rituais burgueses europeus, como a cerimônia do chá, do jantar, almejados pela aristocracia brasileira.

Em nosso estudo, investigamos a *Fábrica* de cerâmica Saramenha e seus produtos confeccionados, assim como seu declínio em razão da concorrência com os produtos similares de origem inglesa. Pelos exemplares citados, acreditamos que os utensílios de cerâmica Saramenha estavam presentes mais nas cozinhas, do que em espaços como a sala de jantar, onde assistimos ritualização da vida cotidiana, expresso, por exemplo nos utensílios de mesa, tais como as louças de chá e de jantar. É prematuro, contudo, fazermos considerações mais amplas, pois ainda há poucos trabalhos que abordam esse viés, para Vila Rica oitocentista. Ficamos no aguardo de melhores considerações.

Referências Bibliográficas

Fontes

AHCP. Testamento de Antonio José Vieira de Carvalho. Códice 306. Auto 6576. 1º Ofício, 1820.

AHCP. Inventários do Cartório do 1º e 2º Ofícios – 1808-1822

Cód. 62, auto 743; cód. 90, auto 1095; cód. 113, auto 1448; cód. 129, auto 1615; cód. 129, auto 1614; cód. 1, auto 8; cód. 14, auto 142; cód. 30, auto 333; cód. 68, auto 764; cód. 53, auto 630; cód. 81, auto 999; cód. 739, auto 1741; cód. 19, auto 202; cód. 42, auto 476; cód. 22, auto 236; cód. 100, auto 1232; cód. 45, auto 534; cód. 80, auto 963; cód. 92, auto 118; cód. 113, auto 1437; cód. 28, auto 315; cód. 82, auto 1002; cód. 100, auto 1227; cód. 104, auto 1303; cód. 113, auto 1439; cód. 136, auto 1700; cód. 22, auto 233; cód. 47, auto 520; cód. 62, auto 740; cód. 79, auto 947; cód. 81, auto 1000; cód. 102, auto 1273; cód. 137, auto 1720; cód. 25, auto 263; cód. 34, auto 380; cód. 39, auto 438; cód. 53, auto 592; cód. 72, auto 853; cód. 85, auto 1046; cód. 89, auto 1092; cód. 115, auto 469; cód. 141, auto 1781; cód. 20, auto 118; cód. 22, auto 225; cód. 54, auto 610; cód. 80, auto 971; cód. 91, auto 1116; cód. 80, auto 980; cód. 44, auto 522; cód. 111, auto 1421; cód. 18, auto 196

APM - Alvará de 1º de Abril de 1808, permite o estabelecimento de fabricas e manufaturas no Estado do Brasil. Coleções de Leis do Brazil, 1808. APM, documento microfilmado. P. 10.

RAPM.. *Eleição de deputados da Província de Minas Gerais em 1821*. V.10, 1905. P.692-716.

RAPM. *O fundador da Imprensa Mineira*. V. 03, 1898. P. 240-249.

Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. “Família e vida doméstica.” In: *História da vida privada no Brasil*. V.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 84-154.

ALMEIDA, Carla. *Flutuações nas unidades produtivas mineiras. Mariana 1750-1850*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 1994.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro - Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. - Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro e Fundação Roberto Marinho, 1979.

BITTENCOURT, José. “Cultura Material, Museus e História: algumas considerações sobre um debate que não é tão intenso quanto deveria ser”. In: www.ifcs.ufrj/humanas/0029.htm.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português & Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BRANCANTE, Eldino da Fonseca. *O Brasil e a louça da Índia*. São Paulo: 1958.

_____. *O Brasil e a Cerâmica Antiga*. São Paulo: Cia. Lithographica Ypiranga, 1981.

BRAUDEL, F. “A produção ou o capitalismo em casa alheia”. In: *Civilização Material e Capitalismo*. V. II. São Paulo: Martins Fontes, 1995. P 286-295.

BUCAILLE, Richard e PEZEZ, Jean-Marie. “Cultura material”. In: *ROMMANO, Ruggiero (Dir.). Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa oficial/ Casa da Moeda, 1989, v.16, Homo-domesticação/ cultura material.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

CUNHA, Maria José de Assunção da. *A Cerâmica do Saramenha* (Pesquisa de apoio ao Programa "Peça da Quinzena" do Projeto "O Museu vai à Fábrica, a Fábrica vai ao Museu"). - Ouro Preto: Museu da Inconfidência, maio de 1991. Mimeo. P 1-3.

DREYFUS, Jenny *Louça da Aristocracia no Brasil* Monteiro Soares Editores e Livradores, 1982.

ESCHEWEGE, Guilherme Wilhelm Ludwig Von. *Pluto Brasilienses*. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. 2v.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. RJ: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, L. M. Um bando de Idéias Novas na Arqueologia (1870-1877). In: Ver. Do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, II: 21-23, 2001.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Ofícios, manufaturas e comércio”. In: *História Econômica do Período Colonial*. SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). 2 ed. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de pesquisadores em História Econômica; Edusp; Imprensa Oficial, 2002.

FUNARI, Pedro P. A. Arqueologia. São Paulo: Àtica, 1988. (Série Princípios).

_____. “A Arqueologia dos Palmares: Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana”. In: REIS, João José, GOMES, Flávio dos S. *Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Algumas contribuições do estudo da cultura material para a discussão da história da colonização da América do Sul. *Tempos Históricos*, Cascavel, 1. 1999. P. 12-18

_____. “A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial”. In: SENATORE, Maria Ximena. ZARANKIN, Andrés (orgs.) *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Material, Discursos e Práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente (Coleção Científica), 2002. P 107-116.

GARRAFONI, Renata Sena. “Cultura Material e fontes escritas: uma breve discussão sobre a utilização de diferentes categorias documentais em um estudo sobre as práticas cotidianas dos romanos de origem pobre”. In: *LPH-Revista de História*. Mariana, Departamento de História, ano II, nº 11, 2001.

GUIMARÃES, Carlos Magno. *O quilombo do Ambrosio: Lenda, Documentos e Arqueologia*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, XVI(1,2): jul dez. 1990. P 161-174.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3 .ed. São Paulo; Companhia das Letras, 1994.

JESUS, Nauk Maria de. *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul*. (1727- 1808).Dissertação de Mestrado em História –Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2001.

JULIÃO, Letícia. “Pesquisa histórica no Museu”. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Belo Horizonte, Secretaria de Estado de Cultura/ Superintendência de museus/ IEPHA, 2002, vol. 1, p. 29-75.

KERN, Arno. Pesquisas Arqueológicas e Históricas nas missões Jesuítico-Guaranis (1985-1995). In: *Arqueologia Histórica Missioneira*. (Coleção Arqueologia 6).

LE GOFF, Jacques. “Documento / Monumento”. In: *ROMMANO, Ruggiero (Dir.). Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa oficial/ Casa da Moeda, 1984, v.1, Memória / História, p. 95-104.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais: Origens e Formação*. 3.ed. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, 1965.

LIMA, Tânia A. “O papel da Arqueologia Histórica no mundo globalizado”. In: SENATORE, Maria Ximena. ZARANKIN, Andrés (orgs.) *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente (Coleção Científica), 2002. P 117-127.

_____. *Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)*. Anais do Museu Paulista, Nova Série, Nº1, 1993.

_____. et al. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. *Dédalo*, v.1, 1989. Publicação Avulsa. P. 205-30.

_____.; BRUNO, Maria Cristina O.; FONSECA, Marta Pereira Reis da. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, século XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, Rio de Janeiro (exploração arqueológica e museológica). Anais do Museu Paulista: História e Cultura material, São Paulo, v.1, 1993. P. 179-206.

_____. “Cerâmica indígena Brasileira.” In: *Suma etnológica brasileira: Tecnologia indígena*. V.2, 2.ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987. P 173-229.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenciamento na Capitnia de Minas Gerais – Vila Rica -1804*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: USP. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MÓL, Cláudia C. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG, FAFICH, 2002,

ORSER JR. Charles E. *Introducción ala Arqueologia Histórica*. Traducción: Andrés Zarankin. Buenos Aires: Asociación Amigos del Instituto Nacional de Antropologia, 2000.

PEDREIRA, Jorge. *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil*. Lisboa (1780-1830): Difel (Coleção Memória e Sociedade), 1994.

PEZEZ, Jean-Marie. “História da Cultura Material”. In: *LE GOFF, Jacques. A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PILEGGI, Aristides. *Cerâmica no Brasil e no mundo*. São Paulo: Martins Editora, 1958.

PORTUGAL, Yolanda Marcondes. *A cerâmica na numismática*. Anais do Museu Histórico Nacional. V.II, 1941. P 155-175.

PROUS, André. “Arqueologia, Pré-História e História”. In: TENÓRIO, M. C. (org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

RIBEIRO, B. “Cerâmica: Glossário complementar”. In: *Dicionário do artesanato indígena*. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988. P 30-36.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. (Reconquista do Brasil, 4).

SANTOS, Francisco Marques dos. “João Manso Pereira”. In: *Artistas do Rio de Janeiro colonial*. Anais do III Congresso de História Nacional. Revista do IHGB, V. VIII, 1942. P 489-494.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. “A teoria arqueológica no cenário brasileiro.” In: *A Arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. São Paulo: Anablume: Fapesp, 2003. P. 58-71.

SENATORE, Maria Ximena. ZARANKIN, Andrés. “Leituras da Sociedade Moderna: Cultura Material, Discursos e Práticas”. In: SENATORE, Maria Ximena, ZARANKIN, Andrés (orgs.) *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Material, Discursos e Práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente (Coleção Científica), 2002. P. 5-18.

SENNA, Nelson de. *Bairro do Saramenha*. Anuario de Minas Gerais. V.III, Tomo II, 1909. P 722.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da língua portugueza*. Tomo Segundo. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Estrutura Social”. In: SILVA, Maria Beatriz da. (coord.) *Nova História da Expansão Portuguesa: O império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Vol. VIII. Lisboa: Ed. Estampa 1986.

_____. *Legislação e práticas familiares no Brasil colonial*. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, v.158, 394, jan/mar,1997. P 223-236.

SOUZA, Laura de Mello e. “Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial.” In: FREITAS, Marcos Cezar. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2.ed. – São Paulo: Contexto, 1998.

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. V. 1.

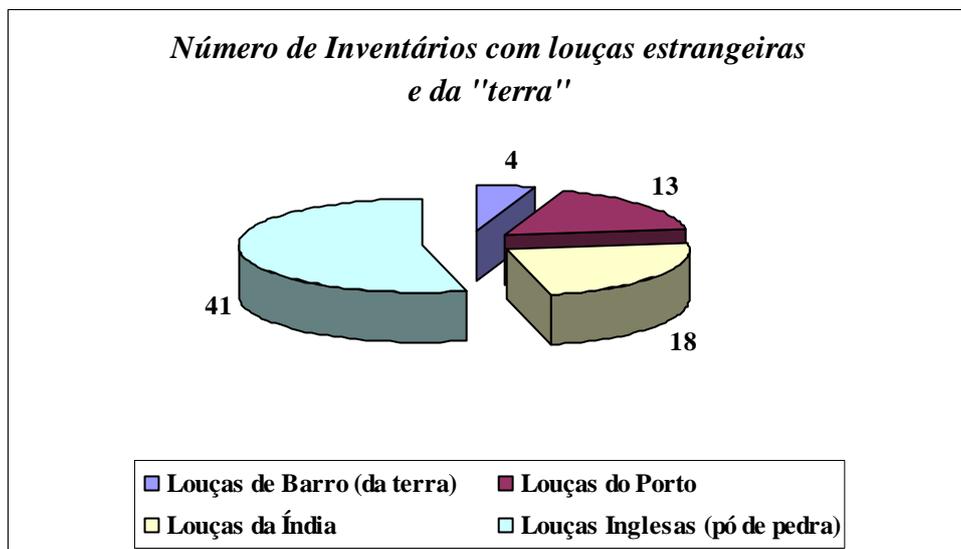
VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

VASCONCELOS, Salomão de. *Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII*. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: MÊS, 1941. P 331-360.

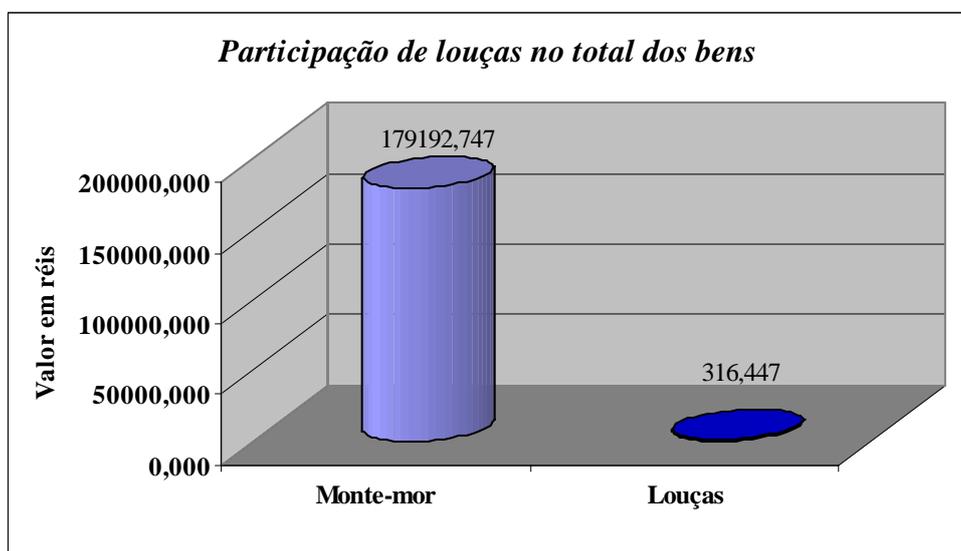
VEIGA, José Pedro Xavier da Veiga. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998. V. 1 e 2.

ZARANKIN, Andrés (orgs.) *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente (Coleção Científica), 2002.

Anexos



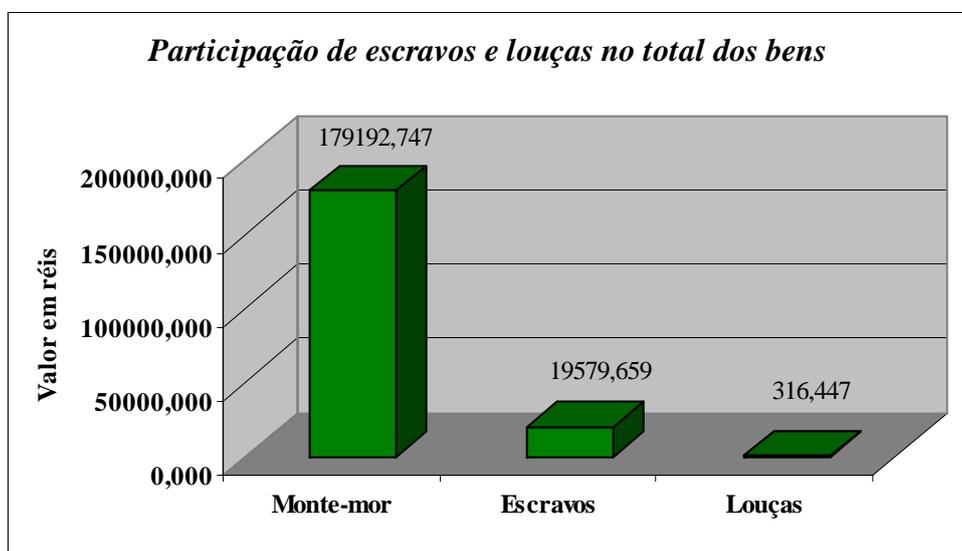
Fonte: AHCP, Inventários do Cartório do 1º e 2º Ofícios.



Fonte: AHCP, Inventários do Cartório do 1º e 2º Ofícios.

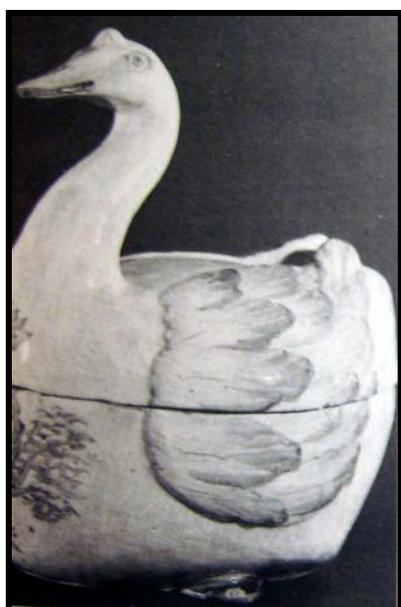


Fonte: AHCP, Inventários do Cartório do 1º e 2º Ofícios.



Fonte: AHCP, Inventários do Cartório do 1º e 2º Ofícios.

LOUÇA DE PORTUGAL



A terrina ao lado em forma de pato de exímia modelagem, exhibe o brasão do Marquês de Pombal, a quem pertenceu o serviço (Cortesia do Museu Nacional de Arte Antiga – Lisboa).

As outras duas terrinas, a de cima moldada em estilo rococó, inclusive a artística pega, e a de baixo com faixa, lembrando a decoração de Ruão, e com um pegador em forma de cabeça humana (rara), fazem parte da coleção do Sr. José Maria Jorge, a quem agradecemos a cortesia de autorizar a publicação.

As três terrinas são da mesma fábrica do Rato e correspondem ao século XVIII.¹



¹²⁰ BRANCANTE, Eldino da Fonseca. *O Brasil e a Cerâmica Antiga*. São Paulo: Cia. Lithographica Ypiranga, 1981.

LOUÇA PORTUGUESA



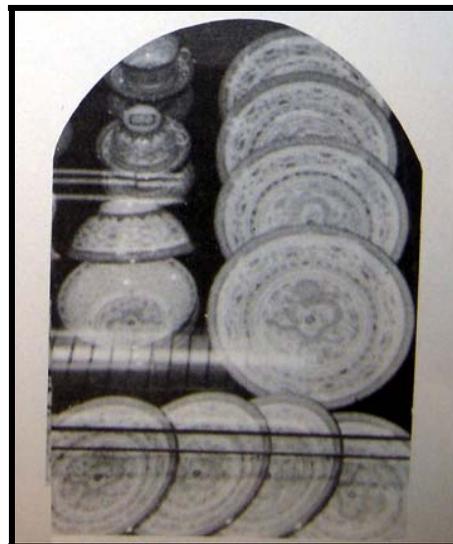
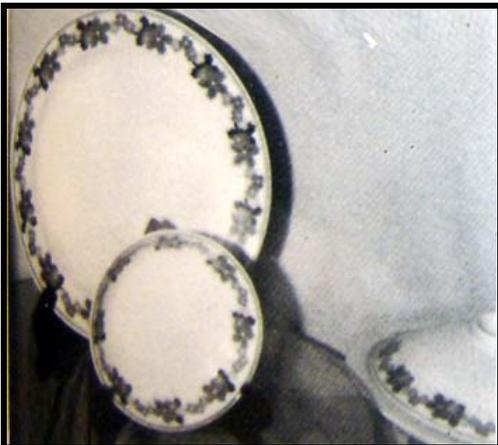
O prato de feitiço octogonal ostenta ao centro o escudo coroado com adornos bélicos e fez parte do serviço de José Antonio Freire de Andrade, segundo Conde de Bobadela, governador interino do Rio e de Minas Gerais, fora outras elevadas funções desempenhadas no Reino. Nasceu em 1708 e faleceu em 1784. Decoração azul e cor de vinho. É de faiança, do fabrico real Fábrica do Rato. Cortesia do Museu Nacional Soares dos Reis (Porto).

Travessa vasada de forma oblonga com guirlandas de folhagens e flores na aba. Ao centro dama com vestimenta típica do século XVIII e flores na base. Decoração em que sobressaem o verde e o amarelo, transmitindo uma harmoniosa impressão alegre e viva. Exemplo típico da pintura de Rocha Soares. Fabrica de Miragaia, Portugal. Cortesia do Museu Nacional Soares dos Reis (Porto).²



¹²¹ Idem.

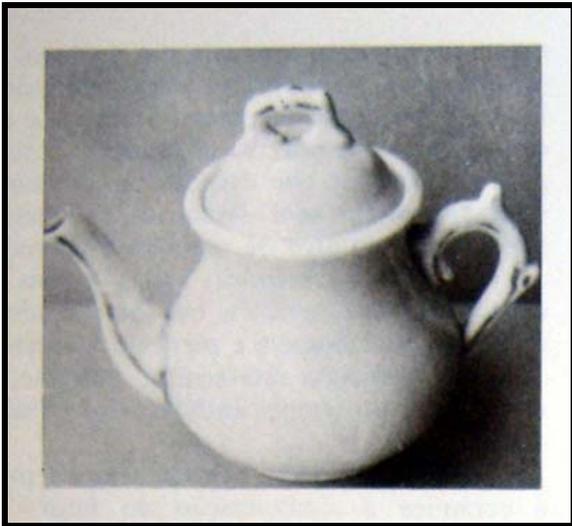
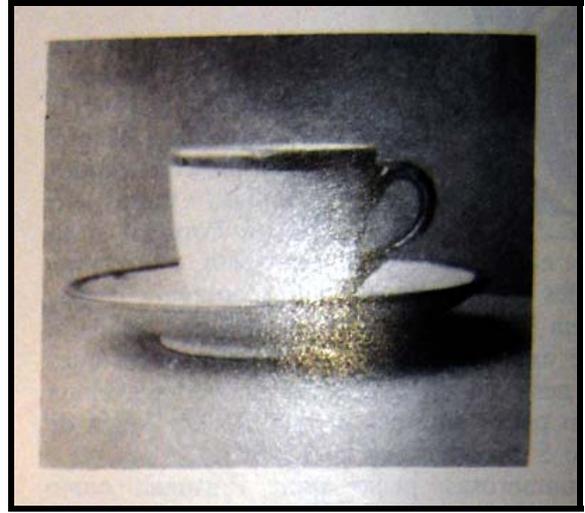
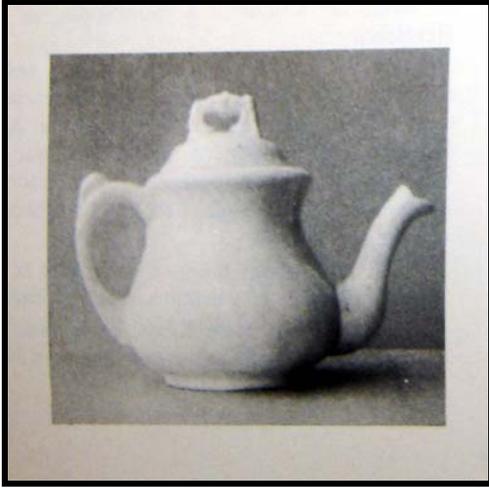
LOUÇA DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS



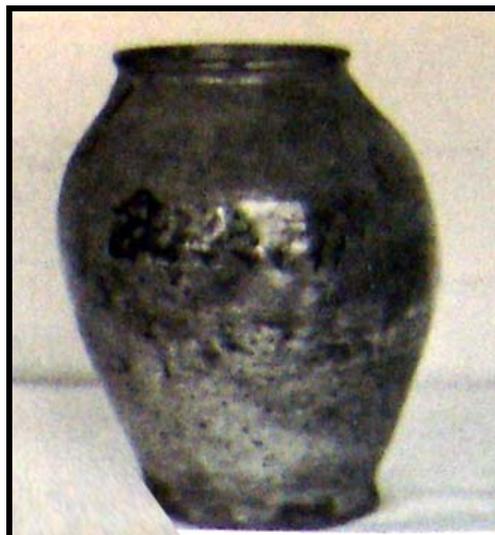
Na parte de cima dois serviços de chá, policromados; no centro, outros serviços em azul e branco, sendo de notar que o da direita vem acompanhado de um conjunto de oveiros e cremeiras que costumam acompanhar os serviços Companhia da Índias vindos para o Brasil. Embaixo, à esquerda, aparelho com barra e folhagens em verde, e à direita um serviço ainda muito em voga, encontrado no mundo inteiro, do gênero conhecido por “grain de riz”. – Arquivo do Autor.³

¹²² Idem

PORCELANA BRASILEIRA - CAETÉ



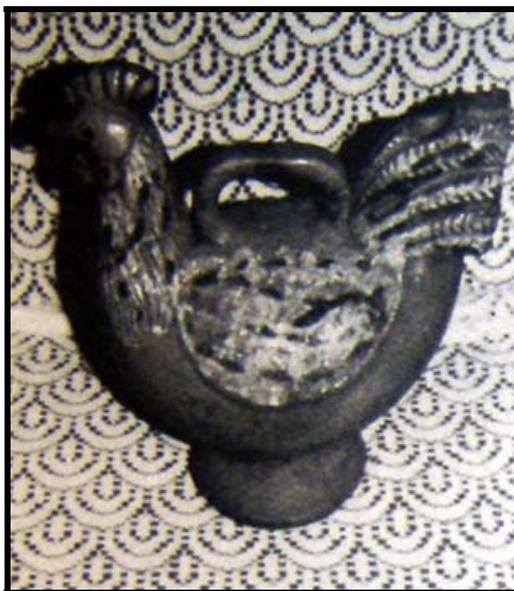
LOUÇAS DE SARAMENHA



*Louças mineiras de Saramenha, porém o pote à direita embaixo, com grupos de cinco besantes no colo da peça, é da zona Diamantina-Serro.*⁴

¹²³ Idem.

LOUÇAS BRASILEIRAS
(São Paulo e Minas Gerais)



As duas galinhas (garrafas) são de fabrico do bairro da Água Branca (S. Paulo) assim como o bule e a floreira de alças de Diamantina-Serro, a caneca com tampa de Saramenha.⁵

¹²⁴ Idem

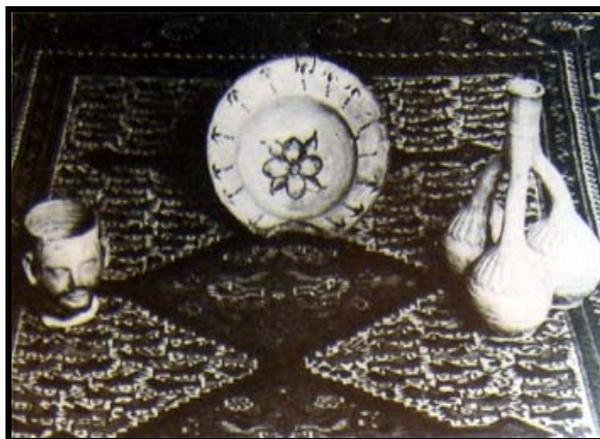
LOUÇA MINEIRA
(Louça-vidrada e meia-faiança)



Vemos ao alto duas peças de formato tubiforme; à esquerda é uma jarra de segredo e à direita é um candelabro ou floreira que orna altares. Os vasos do centro com flores são peças tipicamente do fabrico de Barbacena. As três são da coleção do Sr. Paulo de Vasconcellos. O tripode globulado de baixo é da região de Sete Lagoas (coleção Dr. Walter Dias da Silva). O pichel em baixo à esquerda é de fabrico goiano e a galinha à direita é proveniente de Minas. Coleção de Paulo Vasconcellos. O pote do centro com folhas e frutos policromados é típico de Barbacena. Coleção Roberto Paranhos do Rio Branco.⁶

¹²⁵ Idem

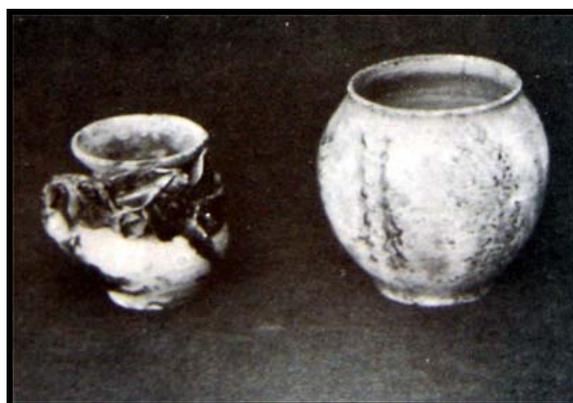
LOUÇA MINEIRA (Louça-vidrada e meia-faiança)



O prato de cima é de barbeiro e foi adquirido no leilão do espólio de Simões da Silva com anotação de ter sido fabricado em Saramenha; esta peça foi adquirida pelo Sr. João Moss, que a cedeu a Paulo Vasconcellos que por sua vez a ofertou ao Museu da Inconfidência (Ouro Preto), exemplo de um tipo de louça engobada ao tipo “mezza-maiólica”, ou meia-faiança.

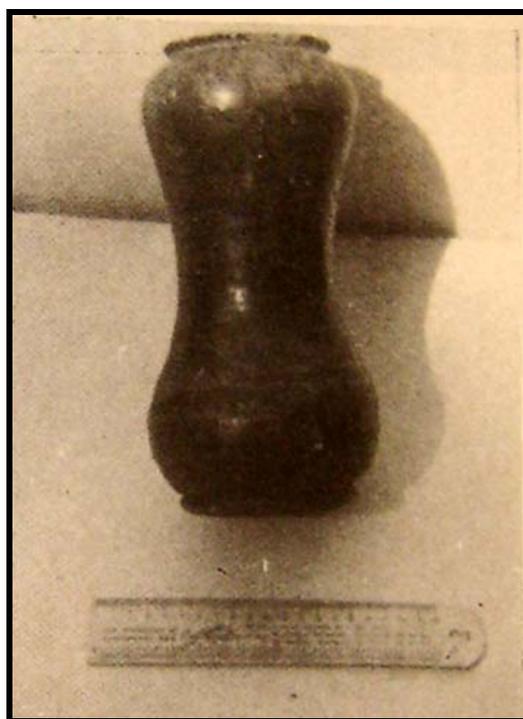
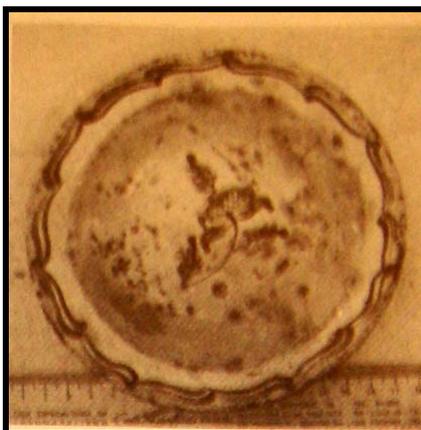


O pote com efígie é proveniente de Catas Altas e o trípole de Saramenha. A caneca com folhagem é de Barbacena e foi identificada pela Conservadora do Museu Nacional de Sèvres (Mme. Antoinette Fay-Hallé) como sendo louça vidrada (poterie vernissée). O pote claro em baixo é de Saramenha e a floreira com alça é atribuída à região Diamantina-Serro. Coleções Paulo Vasconcellos, Walter Dias Silva, Maurício Meirelles.⁷



¹²⁶ Idem.

LOUÇA MINEIRA
(Meia-faiança e louça-vidrada)



Os três pratos de cima: o da esquerda, barra verde, foi adquirido no litoral; os dois outros de fundo esbranquiçado, sobretudo o da direita, de inspiração portuguesa, devem ser provenientes de Caeté e engobados. Coleção Paulo Vasconcellos. A floreira da esquerda e o albarelo da direita são da região Diamantian-Serro. A farinheira embaixo de fundo amarelado é típica de Saramenha e na técnica meia-faiança.⁸

¹²⁷ Idem.